



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUACAO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FERNANDO LUIZ SILVA DO ROSÁRIO

**OS LIMITES DOS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL E
DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL, UM ESTUDO COMPARATIVO
DOS GOVERNOS FHC E DILMA**

Salvador

2020

FERNANDO LUIZ SILVA DO ROSÁRIO

**OS LIMITES DOS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL E
DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL, UM ESTUDO COMPARATIVO
DOS GOVERNOS FHC E DILMA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, requisito especial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia brasileira e desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Uallace Moreira Lima.

Salvador

2020

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Rosário, Fernando Luiz Silva do.

R789 Os limites dos padrões de desenvolvimento liberal e desenvolvimentista no Brasil: um estudo comparativo dos governos FHC e Dilma./ Fernando Luiz da Silva do Rosário. - 2020.

84 f.. il.; fig.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Uallace Moreira Lima.

1. Liberalismo. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Macroeconomia. 4. Economia política. I. Lima, Uallace Moreira. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia.

CDD 338.9

OS LIMITES DOS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL E DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL, UM ESTUDO COMPARATIVO DOS GOVERNOS FHC E DILMA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 21 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Orientador: **Prof. Dr. Uallace Moreira Lima**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Nuno Teles Sampaio

Universidade Federal da Bahia – UFBA

RESUMO

Apesar de sucessivas fases de intenso desenvolvimento econômico, a história de nossa república apresenta para a economia nacional períodos de desequilíbrios, desaceleração e rebaixamento produtivo, com reflexo significativo no que diz respeito às relações sociais. Tais eventos corroboraram durante décadas para o acirramento do debate público no âmbito das ciências sociais, em especial, da ciência econômica, no que concerne às tipologias ou grupo de estratégias das quais correspondem supostamente aos melhores resultados a favor da manutenção do equilíbrio social e do avanço do bem-estar da população a ela dedicada. Desses grupos, destacam-se em importância, no Brasil, os liberais e os desenvolvimentistas, cada qual expressando muitas vezes forte antagonismo. Entre eles, mobilizando forças na academia e no restante da sociedade civil com o intento de obter adeptos favoráveis aos seus respectivos programas. No que se refere ao debate, ideias importantes emergem a favor ou contra determinada estratégia, muitas vezes destacando os limites de cada uma com base em narrativas históricas ou evidências empíricas, liberando um importante cabedal de conhecimento para a sociedade. Nas últimas décadas, em especial, dois governos apresentaram razoavelmente uma boa aproximação com ambos os grupos, de um lado o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, do outro, Dilma Rousseff (2011-2016), representando de acordo com a literatura, respectivamente, programa de caráter liberal e de caráter desenvolvimentista, fornecendo insumos importantes para uma interpretação moderna e contemporânea das políticas adotadas e seus respectivos resultados. Esse trabalho de conclusão de curso versou na apresentação dos principais dilemas e desafios de ambos governos tomando como suporte a história dos mesmos articulada com a visão dos principais grupos ideológicos pertinentes, quais sejam: os economistas neoclássicos de um lado e os desenvolvimentistas na sua oposição. Através dessas contribuições, observa-se, perante a opinião dos autores, que ambos os modelos apresentam limites no que concerne à sua manutenção como força motriz e, portanto, realizadoras de políticas com sucesso durante o longo prazo. No primeiro caso, a crítica ao liberalismo neoclássico se sustentando, através dos economistas desenvolvimentistas, pelo baixo crescimento econômico propiciado por seus programas observados; já, no caso seguinte, os liberais tendem a concordar que políticas desenvolvimentistas apresentam parco potencial em que pese a alocação eficiente de recursos, legando baixo poder em proporcionar bem-estar e prosperidade econômica. Por fim, foi aqui realizada uma síntese dessas críticas concatenadas na conclusão.

Palavras-chave: Liberalismo. Desenvolvimentismo. Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico. Forças produtivas. Economia neoclássica.

ABSTRACT

In spite of successive phases of intense economic development, the history of our republic presents periods of imbalances, deceleration and productive downturn for the national economy, with a significant impact on social relations. Such events corroborated for decades for the intensification of public debate in the scope of the social sciences, in particular, of economic science, regarding the typologies or group of strategies which supposedly correspond to the best results in favor of maintaining social balance and advancement well-being of the population dedicated to it. Of these groups, liberals and developmentists stand out in importance in Brazil, each often expressing strong antagonism between them, mobilizing forces in academia and the rest of civil society with the aim of obtaining favorable supporters to their respective programs. With regard to the debate, important ideas emerge for or against a particular strategy, often highlighting the limits of each one based on historical narratives or empirical evidence, releasing an important wealth of knowledge for society. In recent decades, in particular, two governments have presented a reasonably good rapprochement with both groups, on the one hand the Fernando Henrique Cardoso government (1995-2002) and, on the other, Dilma Rousseff (2011-2016), representing, respectively, the program of a liberal and developmental character, providing important inputs for a modern and contemporary interpretation of the policies adopted and their respective results. This course conclusion work dealt with the presentation of the main dilemmas and challenges of both governments based on their history articulated with the view of the main relevant ideological groups, namely: neoclassical economists on the one hand and developmentalists in their opposition. Through these contributions, it is observed, in the opinion of the authors, that both models have limits regarding their maintenance as a driving force and, therefore, successful policy makers over the long term. In the first case, the criticism of neoclassical liberalism is sustained, through developmental economists, by the low economic growth provided by their observed programs; already, in the following case, liberals tend to agree that developmental policies have little potential despite the efficient allocation of resources, leaving a low power to provide welfare and economic prosperity. Finally, a summary of these criticisms concatenated in the conclusion was made here.

Keywords: Liberalism. Developmentalism. Economic growth. Economic development. Productive forces. Neoclassical economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Taxa nominal de juros de curto prazo (1995-1998).....	46
Figura 2- Participação da Indústria Geral e de transformação no PIB (1990-2002).....	47
Figura 3 - Valor Adicionado na Indústria de Transformação (1991-2019).....	47
Figura 4- Dívida líquida do setor público (1999-2002).....	50
Figura 5- Taxa de desemprego (1995-1998)	50
Figura 6- Dívida Líquida do setor público (1999-2002)	53
Figura 7- Taxa de desemprego (1999-2002)	54
Figura 8- Taxa de juros de curto prazo (1999-2002).....	54
Figura 9- Taxa de câmbio nominal (2011-2016).....	62
Figura 10- Média Móvel para Câmbio Real Efetivo, 2011 a 2016, corrigido pelo INPC.....	62
Figura 11- Volume de subsídio/PIB (2003-2018).....	64
Figura 12- Variação da produção industrial (2003-2020)	64
Figura 13- Participação da Indústria de Transformação em relação ao PIB (1970-2019)	65
Figura 14- Dívida Líquida do governo (2011-2016).....	66
Figura 15- Taxa Selic efetiva (2011-2016).....	68
Figura 16 - Taxa de desemprego (2011-2016)	69
Figura 17- Saldo em transações correntes (2003-2020)	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução do PIB per capita (1995-1999).....	48
Tabela 2- Taxa de investimento/PIB (1995-1998)	48
Tabela 3- Evolução do saldo da balança comercial em milhões de dólares (1995-1998).....	49
Tabela 4- Saldo em transações correntes em milhões de dólares (1995-1998).....	49
Tabela 5- Dívida externa bruta em relação ao PIB (1995-1998).....	50
Tabela 6- Evolução do PIB per capita (1999-2002)	51
Tabela 7- Taxa de inflação medida pelo IPCA (1999-2002)	52
Tabela 8- Saldo da balança comercial (1999-2002)	52
Tabela 9- Saldo em transações correntes (1999-2002).....	52
Tabela 10- Dívida externa bruta (1999-2002)	53
Tabela 11- Taxa de investimento por PIB (1999-2002)	53
Tabela 12 - Variação percentual do PIB per capita (1999-2005)	58
Tabela 13- Variação percentual do PIB per capita (2006-2013)	58
Tabela 14- Resultado primário das finanças públicas (2011-2016)	65
Tabela 15- Resultado nominal das finanças públicas (2011-2016).....	65
Tabela 16- IPCA (2011-2016).....	66
Tabela 17- Taxa de crescimento do PIB per capita (2011-2014)	67
Tabela 18- Taxa de crescimento do PIB per capita (2015-2016)	67
Tabela 19 – Taxa de investimento em proporção ao PIB (2011-2014).....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA MACROECONOMIA NEOCLÁSSICA	12
2.1 A SÍNTESE NEOCLÁSSICA.....	13
2.2 OS MONETARISTAS NOVOS CLÁSSICOS E NOVOS KEYNESIANOS.....	15
2.3 OS NEOINSTITUCIONALISTAS E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA.....	20
2.4 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	22
3 OS PARADIGMAS DESENVOLVIMENTISTAS	25
3.1 LIST, CHANG E O MÉTODO HISTÓRICO.....	25
3.2 ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO CLÁSSICA.....	29
3.3 CEPAL, ESTRUTURALISMO E OS DESENVOLVIMENTISMOS.....	32
4 OS LIMITES PARA OS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO	41
4.1 GOVERNO FHC: NEOLIBERALISMO ECONÔMICO	44
4.2 GOVERNO DILMA: COMBINAÇÃO DE DESENVOLVIMENTISMOS.....	60
5 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Com a atual crise econômica enfrentada pelo Brasil, tem-se ascendido o debate de forma exaustiva dentro e fora do ambiente acadêmico sobre qual modelo de desenvolvimento é o mais adequado para o rumo do país. A economia nacional já transitou em trajetórias de relativo sucesso no que concerne ao desenvolvimento econômico, conseguindo promover mudanças estruturais no que diz respeito ao funcionamento da política, da cultura e da sociedade, principalmente ao longo do século passado, em especial, entre as décadas de 1930 e 1980. Contudo, a despeito de seus resultados positivos, não conseguiu galgar o status de uma economia plenamente desenvolvida. Em acordo com Rangel (2007), ciclos de desenvolvimento se sucedem, mas frequentemente são interrompidos de modo abrupto por ciclos de recessão e depressão, sendo causa ou consequência de eventos políticos. Evidencia-se, portanto, que há limites para a manutenção das trajetórias de desenvolvimento econômico nacional, esses, ora oriundos de equívocos do arranjo de políticas econômicas, tanto como reflexo de restrições da dinâmica sócio política mundial, como de características pertinentes à condição de periferia no sistema econômico internacional do Brasil com suas idiosincrasias e elementos mais ou menos específicos, desdobrando-se em fatores sociológicos, geopolíticos e culturais que excedem ao escopo das disciplinas de economia tradicional em si, abrindo espaço para a discussão no plano da Economia Política.

Sob distintos aspectos, o Brasil estabeleceu durante o percurso do século passado, caminhos diversos para o desenvolvimento, este concebido pela evolução da renda média per capita e transformações estruturais evocadas pelo acúmulo de capital físico, avanços no que diz respeito ao capital humano e evolução tecnológica, estimulada via efeito transbordamento ou geração endógena de técnicas mais produtivas, em destaque, a proficiência nos setores agrotecnológico, aeronáutico e extrativista, de acordo com Oliveira (2003). O país foi um dos principais beneficiários, em termo de crescimento bruto, pela dinâmica do século em questão, galgando o segundo lugar em termos de crescimento econômico no que diz respeito à totalidade dos países com dimensões populacionais significativas, estando deslocado apenas por uma posição em relativa aos japoneses. Tal progresso, inegável, não pode ser creditado como mero fenômeno do acaso, ao seu favor, um sem número de cientistas sociais, em especial, os economistas de diversas matizes, corroboraram para a preparação no cenário nacional mediante uma gama de políticas públicas, a alocação de recursos existentes, os conduzindo quando possível, a um acréscimo mais ou menos elevado da capacidade produtiva

e extensão das possibilidades presentes ou futuras de bem-estar social, na média, dos agentes econômicos nacionais, sejam eles trabalhadores ou empresários.

Para Baer (2002), durante a empreitada em direção ao desenvolvimento, a despeito do elevado crescimento complementado e supostamente devido às diferentes políticas implementadas, o caminho não se mostrou monótono nesse sentido, entretanto a uma expansão contínua do ritmo de acumulação de capital, bem como contrações eventuais da capacidade de consumo, investimento, gasto do governo e desemprego dos fatores de produção corroboraram para um caminho sinuoso de evolução econômica. Em função das diferenças das tradições, bem como dificuldades e limitações presentes no âmbito do processo de discussões sobre o método do qual o Estado Nacional perpassaram pelo crivo de diferentes concepções econômicas, estas contradições e debates, nos legaram um grande cabedal de conhecimento, impressões, consensos e descensos entre autores e tradições acadêmicas.

De acordo com Giambiagi (2011), após a democratização em 1946, e a respectiva abertura política da qual possibilitara a ascensão de partidos com diversas concepções socioeconômicas, a emergência de grupos identificados com o antigo getulismo da década de 1930 e 1940 protagonizados pelo PTB, e em contraposição aqueles oriundos do receituário liberal, materializados pela UDN, criaram o palco para as discussões sobre o prisma econômico do qual o país deveria conceber em termos de políticas públicas. Em especial, o debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen deram o caldo essencial sobre a trajetória a ser implementada, o primeiro advogando o liberalismo econômico e a industrialização consequente e “natural” sem esforço significativo do estado no sentido de políticas protecionistas ou subsidiária, e o segundo, encabeçado pelo pensamento desenvolvimentista, do qual preconizava intensiva e substantiva intervenção do estado como a única via possível de superação do subdesenvolvimento e consequente alcance a nível de renda per capita, pela via da indústria daí resultante, os países desenvolvidos.

Já, entre as décadas de 1950 e 1980, o acolhimento dos saberes teóricos alinhados a algum dos dois espectros de concepção econômica, resultou em diversos governos em compromisso com algum desses paradigmas. Estes, por sua vez, enfrentaram diversos dilemas consequentes das restrições sociais e políticas postas ou desenvolvidas durante seus pleitos. Estes dilemas, no entanto, perduram até os dias atuais, governos recentes, como o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Dilma Rousseff (2011-2016), objeto da análise desse trabalho monográfico, dos quais, respectivamente, de acordo com a literatura, representam, de um lado, a

reminiscência do ideário liberal e do ou outro, as ideias desenvolvimentistas, despontaram em obstáculos mais ou menos análogos aos seus predecessores, o primeiro, tendo dificuldades substanciais na implementação dos ajustes fiscais em conjunto com a política monetária em sustentação ao Plano Real, enfrentando uma diversidade de opositores em diversos âmbitos das esferas públicas e privada. O segundo, apresentando severas dificuldades na execução de políticas intervencionistas conjugada com a exaustão do modelo predecessor (governo Lula) de estímulo ao consumo e crescimento internacional com a emergência de grupos ligados ao espectro direito do lado político, dos quais deram suporte ao impedimento no ano de 2016.

Este trabalho versa sobre a trajetória e suposta efetividade das estratégias liberais e desenvolvimentistas empregadas no Brasil nos períodos FHC e Dilma, buscando conferir os vícios de cada estratégia, configurando o problema ao qual o construto é dedicado.

Assumisse aqui a hipótese de baixo dinamismo e forte regressão produtiva como elemento importante do modelo liberal. Por outro lado, assumisse a hipótese de incongruência das estratégias desenvolvimentistas no tocante à aceitabilidade política e a forte dependência com o setor externo.

Tal investigação é justificada pela sua contribuição ao debate entorno das dificuldades em se pensar os entraves e os obstáculos de cada perfil estratégico de políticas econômicas, podendo contribuir para as discussões relativas aos projetos de desenvolvimento, de modo a apontar os encaixos no que diz respeito às trajetórias escolhidas, fornecendo algum subsídio crítico para se evitar erros e más conduções das referidas políticas.

Vale ressaltar que esse construto não dispõe de pretensões substancialmente ideológicas nem de encerramento do debate, a intenção aqui limita-se ao exame dos governos em consideração à sua capacidade de preservação e continuidade frente a heterogeneidade dos conflitos de ideias no sistema democrático. Nesse sentido, a ideia do trabalho é fazer uma revisão do debate na literatura sobre as trajetórias recentes das políticas econômicas neoliberais e as consideradas mais de caráter desenvolvimentista, com a finalidade de oferecer subsídios para trabalhos futuros que possam se aprofundar na temática.

O método empregado para amparar tais observações se dá através da combinação entre revisão teórica e histórica, fazendo o entrelaçamento entre esses dois elementos de modo a qualificar os pontos essenciais à funcionalidade e disfuncionalidade de ambas estratégias. Tal intento se dá estabelecendo/ sintetizando os laços teóricos de ambos grupos nos capítulos 2 e

3, para que no capítulo 4, possa relacionar tais aparatos com a história dos governos aí elencados, dando suporte a análise crítica. Já na conclusão, será evidenciado resumidamente os resultados da pesquisa, observando as suas limitações.

Primeiramente, o capítulo 2 estabelece os pontos teóricos mais importantes que dão substratos às políticas neoliberais, exibindo fundamentos importantes da doutrina neoclássica, como a Hipótese dos Agente Racionais, as Teorias do Novo Institucionalismo, a Teoria da Escolha Pública e o Modelo Neoclássico de Comercio Exterior de Heckscher Ohlin. Já, em seguida, no capítulo 3, é dado o perfil teórico condizente com o pensamento desenvolvimentista, expressado desde o nacionalismo econômico de Friedrich List, passando pelos autores clássicos do desenvolvimento como Albert Hirschmann e Alexander Gerschenkron, voltando-se ao pensamento clássico estruturalista da CEPAL com Prebisch, Furtado, Beluzzo e Tavares, de modo a chegar, por fim, aos autores mais próximos à interpretação do Brasil contemporâneo e participantes das correntes do social-desenvolvimentismo e do desenvolvimentismo exportador, tais como Márcio Pochmann, Pedro Paulo Zaluth e Aloizio Mercadantes no primeiro caso. Já no segundo, José Oreiro, Nelson Marconi e Bresser Pereira.

Enfim, no capítulo 4, busca-se combinar tais passagens teóricas com as devidas práticas de ambos governos aludidos, mostrando com dados as consistências e inconsistências de tais estratégias. Buscando, enfim, como objetivo geral, apontar os limites de cada um padrão de desenvolvimento.

2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA MACROECONOMIA NEOCLÁSSICA

O liberalismo econômico, ideário calcado primordialmente no empreendimento intelectual dos economistas clássicos, transformou-se, na medida do devir histórico, em uma orientação normalmente relacionada apologeticamente à contingência da ação do governo ou Estado na atividade econômica de uma entidade política qualquer. O conjunto de posições daí condicionadas ou derivadas, variam de acordo seu respectivo entendimento particular sob o papel desses elementos a depender da tradição, escola, grupo ou circunstância atrelada. Economistas como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Nassau Senior, Stuart Mill e demais, formaram, em sequência, o grupo dos denominados economistas clássicos. Ambos defendiam uma menor extensão do poder estatal sobre os mercados e demais atividades econômicas, limitando seu espectro de atividade em nichos mais ou menos delimitados. As contribuições, especialmente de Adam Smith e David Ricardo no tocante à teoria do valor trabalho, da teoria das vantagens absolutas, vantagens comparativas e rendimentos decrescentes da terra, dotados de elevada sistematização, propuseram as primeiras prescrições de políticas liberais, encabeçando o debate e a prática de uma diversidade de governos entorno do aludido ideário. Sob o manto da teoria valo-trabalho, as demais percepções citadas contribuíram para a defesa da divisão internacional do trabalho e seu correspondente aumento do fluxo de mercadorias e capital e entre diversas entidades políticas, negando o protecionismo e o mercantilismo durante o século XIX.

Após isso, com a revolução marginalista e seus herdeiros, no caso, os neoclássicos e os austríacos, a prescrição liberal foi continuada ou intensificada.

No primeiro caso, a tradição se deu com a aceitabilidade de pressupostos ligados à eficiência dos mercados como, via de regra, entidade que possui a qualidade de ser melhor alocadora dos recursos, restando ao estado interferir tão somente em situações onde os mercados apresentam falhas. Segundo Hunt (2013), um dos principais elementos dessa escola, do qual promovera uma inovação em relação ao que era trabalhado anteriormente a o que diferencia, em geral, da maior parte das escolas assim denominadas heterodoxias, é também a aceitabilidade do conceito de “homo economicus”, do qual preconiza que os agentes econômicos são racionais e maximizadores de utilidade, ou seja, com as informações disponíveis, os agentes tem supostamente plena capacidade de mobilizar seus recursos escassos afim de conduzir sua condição material ao melhor nível possível. O método adotado

pela referida escola é o positivista, principalmente o de tradição Popperiana, do qual enfatiza o uso de ferramentas estatísticas descritivas e inferenciais em conjunto para lidar com hipóteses falseáveis, ou seja, aquelas capazes de serem rejeitadas, deste modo, possibilitando ao engenheiro social utilizar-se, quando necessário, políticas capazes de contornar as referidas falhas de mercado, supostamente permeando o sistema de uma maior eficiência. Segundo Bueno (1997), tal método não inclui a história como fator endógeno aos sistemas a ele tratado, sendo, para o autor, potencialmente falho. Autores como Alfred Marshall, John Hicks, Gregory Backer, Keneth Arrow, Paul Samuelson, Paul Krugman, Thomas Sargent, Milton Friedman, Gregory Mankiw e um sem número de outros participantes, integram esse tipo de pensamento.

Por sua vez, os austríacos negam a referida matematização e o positivismo da escola neoclássica, adotando um outro cabedal metodológico diverso. Para os autores dessa corrente, o método a ser utilizado tem que ser racionalista, não empirista como o positivista. Para tal, os autores dessa linha utilizam a denominada praxeologia como método a ser aplicado, ou seja, eles acreditam que a ação humana é um elemento de fundamental importância para entender o comportamento dos agentes. Segundo Iorio (2015) Tal concepção propõe que os agentes estão continuamente buscando via ação, sair de uma condição material menos prospera para uma mais rica, contudo sem ter as condições. Segundo Soto (2010), outros elementos como o subjetivismo metodológico aliado à percepção do agente empresarial criativo como elemento de previsão dos fenômenos contrapõem ao objetivismo e à percepção de engenharia social dos neoclássicos.

No geral, a escola austríaca tem pouco papel efetivo nas políticas econômicas dos governos. As escolas neoclássicas encabeçam a principal importância nesse quesito. Tal importância na macroeconomia, como será relatada no presente capítulo, ganhou corpo a partir da síntese da referida teoria com o aporte keynesiano, depois com a agregação das teorias das expectativas adaptativas, expectativas racionais, ciclos reais de negócio e conjuração com as teorias neoinstitucionalistas mais as teorias da escolha pública.

2.1 A SÍNTESE NEOCLÁSSICA

A aludida macroeconomia neoclássica, sucessora e percussora das políticas liberais no século XX, tem se desenvolvido amplamente após a fundação da parte até então moderna da disciplina por John Maynard Keynes, a Teoria Geral do Emprego Juro e Moeda (1934), incorporando no seu arcabouço aspectos relativos à produção acadêmica da microeconomia

neoclássica marshaliana antecessora. Esta mais nova compreensão se edificou de modo a conferir o resultado da teoria keynesiana como apenas caso particular de curto prazo, dando uma interpretação coerente com o antigo arcabouço “clássico” pré-keynesiano para uma suposta ineficácia da política no longo prazo, onde o pleno emprego é normal, estendendo a hipótese de Equilíbrio Geral Walrasiano e o retorno da “Lei de Say” em termos de resultado de longo prazo.

Tal composição teórica convencionou-se denominar de “Síntese Neoclássica”, tendo como primeiro resultado o trabalho seminal de Hicks (1937), cujo mérito imediato foi a criação do modelo IS-LM. A consequência dessa obra foi a realocação do “mundo keynesiano” e suas propriedades como uma situação especial de curto prazo, subvertendo a lógica da Teoria Geral ao considerar a situação de pleno emprego como norma. Sob essa perspectiva o governo está apenas designado à incumbência de, caso uma vez afastada a economia do pleno emprego, utilizar-se dos instrumentos de política monetária e fiscal para alcançá-lo.

A referida modelagem imprimiu os contornos do que seria o entendimento padrão para políticas econômicas no Pós-Guerra, e sobretudo, forneceu rudimentos essenciais para a evolução da Teoria Macroeconômica *Mainstream* do qual se seguiu nas próximas décadas cuja formulação é objeto de exame nesse texto.

Tal empreendimento, aliado as ideias até então pouco contestadas relativas ao entendimento da macroeconomia de curto e longo prazo, no caso, a Curva de Phillips Tradicional e o Modelo de Crescimento Neoclássico de Solow, compreenderam um amplo espectro de formulação de políticas macroeconômicas no mundo desenvolvido no período conhecido como Era de Ouro do Capitalismo. Esse lapso histórico compreende os anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960 e 1970, momento este caracterizado pelo elevado e persistente aumento do produto per capita com grandes avanços no que diz respeito a melhoria de vida e ampliação de direitos sociais através da inclusão econômica de grupos com menor perfil de renda no mundo desenvolvido. Segundo Louçã (2004), esta era, coincidente com a emergência e maturação do 4^a Ciclo de Kondratiev, denotado por avanços técnicos importantes em áreas como a indústria petroquímica e automobilística, das quais, ainda sobre a égide do fordismo, experimentou o impulsionamento da produtividade geral do capital e trabalho, permitindo crescimento com baixa inflação por quase todo período.

2.2 OS MONETARISTAS NOVOS CLÁSSICOS E NOVOS KEYNESIANOS

Para Filgueiras (2000) e Obstfeld e Krugman (2008), este estágio de alto crescimento com estabilidade de preços começou a claudicar entre o final da década de 1960 e a fatídica década de 1970. Num primeiro plano, a crise do Sistema de Breton Woods, resultante do problema do balanço de pagamentos dos EUA na década de 1960 com desfecho as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, associadas a elevação do padrão inflacionário com trajetória de desaceleração do crescimento econômico na década posterior, pois em xeque boa parte do arcabouço desenvolvido no pós guerra. Nesse período, com essas causas, foi-se dando espaço às alternativas neoliberais, estas, por sua vez, justificadas mediante um novo conjunto de aparato teórico como, em primeiro lugar, o Monetarismo Friedmaniano e sua respectiva interpretação do fenômeno inflacionário, em segundo lugar a Economia Novo-Clássica de Robert Lucas (1973) e Thomas Sargent (1973) com o papel da microfundamentação e, por último, a Teoria Novo Keynesiana como reação crítica à Teoria Novo-Clássica.

Segundo Sachs e Lorrain (1994), a crescente crise dos anos 1970, caracterizada pela estagflação, corroborou para o descontentamento a nível acadêmico e prático da ordem de políticas econômicas do pós-guerra, esse problema veio a pôr a antiga interpretação da Curva de Philips em severo questionamento, condicionando, num primeiro momento, a adição de expectativas adaptativas dos agentes e recrudescimento do monetarismo com nova roupagem.

Assim, via necessidade de entender e sistematizar os novos fenômenos que introduziram e deram sequência à crise, Milton Friedman elaborou um novo arcabouço de hipóteses e teorias concretizados pela nova equação da Teoria Quantitativa da Moeda. De acordo com Mankiw (2007), a sua inovação, relacionada à Curva de Philips, dessa vez, considerava expectativas adaptativas para explicar o efeito da inercia inflacionária, ou seja, agora se estabeleceu que os agentes visam a inflação passada com respeito à previsão do nível inflacionário presente e futuro. A implicação do modelo é que quanto maior a inflação de um período anterior, tudo o mais constante, maior será a inflação futura, tendo isso em mente, os agentes econômicos ajustam seus respectivos preços, deste modo, conferindo uma inercia inflacionária.

Essa revisão de preços é especialmente explicada no mercado de trabalho. Assumindo que os agentes competem por salários reais, choques a nível de preço, que por ventura provoquem uma queda no salário real, considerando a inexistência de informações incompletas, implicará em diminuição da oferta de trabalho. Essa redução da oferta da força de trabalho, por sua vez,

implicará no deslocamento da curva de oferta agregada e a curva de Phillips de Curto Prazo à esquerda, corroborando para um maior nível de preços com menor nível de produto.

Segundo Sachs e Lorrain (1994) tem-se que, desse modo, políticas que num primeiro momento são efetivas do lado da demanda, cuja intenção seja acomodar essa queda na oferta agregada, provocará, num segundo momento, um novo deslocamento da curva de oferta agregada e da Curva de Philips de Curto Prazo, desencadeando um processo de aceleração do nível de preços e volta à produção anterior. Consequentemente, se o governo pressionar, via demanda agregada estimular o PIB, de modo a conceber o nível de desemprego inferior a um determinado ponto, irá inevitavelmente provocar uma nova aceleração do nível preços.

Portanto, contrariamente à curva de Philips original, para se obter uma taxa de desemprego inferior a determinado nível designado como *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment* (NAIRU), o governo terá que promover uma inflação cada vez maior, no limite, o sistema convergirá numa hiperinflação. Então, cria-se a chamada Curva de Phillips Aceleracionista ou Curva de Phillips Neoclássica, do qual, em termos gerais, prescreve que o Estado não deva buscar acomodar a taxa de desemprego em troca de uma inflação maior, pois, na verdade, se o nível do desemprego for persistentemente menor que a NAIRU, só ocorrerá aceleração inflacionária, sem aumento do nível de emprego futuro ao longo prazo.

Segundo Cardin (2007), já no caso da política fiscal, os possíveis benefícios desse tipo de ação são severamente mitigados, pois, pela hipótese de renda permanente, elemento mais importante da equação de trocas da teoria quantitativa friedmaniana, prediz que aumentos transitórios da renda familiar das famílias não implicam em elevação do nível de demanda e, portanto, são pouco ou nada eficazes no que diz respeito à evolução do nível de renda. Para tal hipótese, quando uma família recebe em proventos algo a mais do que é esperado ao longo de sua remuneração de longo prazo, a mesma evita ampliar seus gastos, normalmente desfazendo-se de passivos adquiridos ao longo da vida ou elevando o seu respectivo estoque de poupança.

Deste modo, os monetaristas concorreram à renovação de um antigo conservadorismo fiscal e monetário, reduzindo decisivamente o papel do estado em promover oscilações no produto ao prever que, no longo prazo, o efeito da política monetária é nulo e a política fiscal, em qualquer horizonte temporal, pouco efetiva. Segundo Kremer e Corazza (2013):

Os monetaristas fixam sua análise no longo prazo. Aceitam que uma expansão da oferta monetária pode, no curto prazo, ter algum efeito sobre o produto agregado

real, mas enfatizam que no longo prazo tal política somente terá impacto sobre o nível geral de preços. Além disto, rejeitam as políticas econômicas que no longo prazo visam aumentar os níveis de emprego, e, por conseguinte, de renda real agregada via expansão da oferta monetária. Na ótica monetarista, este comportamento de curto prazo da política monetária pode ser conflitante com objetivos de longo prazo, como estabilização do nível geral de preços e a obtenção do máximo crescimento econômico, objetivo este que está além do alcance da política monetária.

Tal ideário influenciou decisivamente nas políticas assim denominadas de neoliberais. Primeiramente, no mundo democrático, tais políticas foram adotadas nos governos Reagan (1981-1989) nos EUA e Thatcher (1979-1990) no UK, correspondendo à exaustão do assim denominado Pacto Social Democrático do pós guerra, promovendo reformas mediante a adesão ao enxugamento da máquina pública, redução de gastos sociais, privatizações, política monetária conservadora e alinhamento com grupos à direita no espectro político. Já, na América Latina, essa concepção obteve relativo espaço na década de 70 no Chile e, aos demais países, na década 90. O Brasil experimentou parcialmente tal adentramento a partir do governo Collor (1990-1992), passando por Itamar (1993-1994) e FHC (1995-2002).

Tão logo após o emprego do ideário monetarista, outras ideias surgiram no bojo da teoria macroeconômica neoclássica acompanhando o desgaste do “Neokeynesiano” da Síntese Neoclássica. O ápice dessa “contra-reforma” se deu com a elaboração da Hipótese das Expectativas Racionais. Criada por Muth (1961) e empregada mais tarde na década de 1970, por Robert Lucas (1973) e Thomas Sargent (1973), tal concepção perdurou até os dias atuais, sendo alicerce de dois grandes programas de pesquisas, dos quais adquiriram a hegemonia de pensamento no plano macroeconômico compondo o grupo dos liberais, quais sejam: a Escola Novo Clássica e a Escola Novo Keynesiana.

Atualmente, com o predomínio favorável às escolas Novo Clássica e Novo Keynesiana, sob o uso da microfundamentação, tendo, ambas, como núcleo duro a ideia de racionalidade coerente com a maximização da utilidade pelos agentes, deriva-se modelos que, embora em aspectos marginais tenham diferenças, dispõem de uma mesma lógica central de interpretação do ambiente macroeconômico.

Para Cardim (2007), o emprego da teoria das expectativas racionais tem o papel de pôr em direção quais políticas um determinado governo deve seguir e quais devem evitar para proporcionar o que se chama de “estabilidade macroeconômica”, que para os autores dessas correntes, significa, em termos gerais, inflação baixa e estável mais equilíbrio orçamentário. Um ambiente macroeconômico que possua esses requisitos, ou seja, livre de

oscilações significativas ao nível de preço, portanto, mais previsível e sem custos associados às altas inflações, é o único capaz de proporcionar um crescimento sustentável. Através das expectativas racionais, os agentes utilizarão os melhores modelos possíveis para antecipar seus respectivos níveis de preços e produtos de modo a obter um ganho ótimo de utilidade após o anunciando ou proposta do governo em termos de política monetária ou fiscal.

De acordo com Dornbusch (2013), para os Novos Clássicos, os agentes, no seu conjunto, ao dar resposta às expectativas geradas pelo governo na ausência de assimetria de informação, impulsionarão o mercado a um equilíbrio do qual o nível de produto persistirá no mesmo ponto. Ou seja, na medida que o governo executa uma política, por exemplo, de expansão monetária predita por uma autoridade crível, os agentes, prevendo uma aceleração dos preços, irão ser conduzidos racionalmente a aumentar seus preços individuais no mesmo ritmo do qual eles esperam que seja o aumento no mercado como um todo. A esse equilíbrio denomina-se de *Market Clearing*.

Em acordo com esses autores, este fenômeno pode ser parcialmente obstruído a depender de como os agentes são capazes, dado o volume de informações disponíveis de, ao perceber uma maior pressão da demanda aos seus respectivos preços, puder ou não diferenciar o que é devido ao aumento geral dos preços ou elevação particular da demanda do seu produto. Ou seja, diferenciar o que é devido a inflação, ou o que é em virtude à variação decorrente de uma reorientação contra um incremento ou redução, assim respectivamente da demanda dos bens e serviços ofertados em relação aos demais produtos da economia como um todo. A esta questão, deu-se o nome de “problema de captação de sinais” do modelo de “Ilhas de Lucas”, desse modo, é atribuída a possibilidade dos agentes cometerem equívocos na precificação dos seus produtos, equívocos estes, derivados da escassez de informações, dos quais, com essa falha de mercado, o produto global pode apresentar oscilações.

Segundo Cardim (2007), já em relação aos Novo-Keynesianos, pela percepção da existência de mais falhas de mercados que implicam em rigidez de preços, o *Market Clearing* não é obtido de forma automática, pois os agentes mesmo sendo capazes de racionalmente visar o uso maximizador de seus respectivos fatores de produção, se deparam com uma série de obstáculos que impedem a obtenção desse resultado. Contratos de longo prazo, custos de menu, assimetria de informação dentre outros fatores, criam dificuldades para o ajuste automáticos dos preços e produção à nível microeconômico, implicando também rigidez à nível macroeconômico. A principal implicação da existência dessas falhas de mercado é a

possibilidade de o governo promover expansão ou retração do produto agregado via política monetária ou política fiscal, pois os agentes, nessa situação, tenderam a ajustar seu nível de produção, dado a restrição de custo ao alterar seus preços.

Então, em momentos de crise ou baixo crescimento e vice e versa, os formuladores de política poderão, de forma racional, induzir a um maior ou a um menor crescimento econômico obedecendo determinados tipos de regras, em geral, uma meta de inflação imposta pelo banco central, mediante a orientação de alguma versão de uma Regra de Taylor. A discricionariedade, por sua vez, não é recomendada, pois tornaria as expectativas potencialmente desancoradas com a política monetária, porque, supostamente, o governo, ao preferir gerar alguma oscilação adicional no produto ou nível de emprego, teria incentivos a surpreender os agentes, comprometendo a sua credibilidade, gerando empecilhos futuros à estabilidade econômica. A tal problema, denominou-se, por Prescott e Kydland (1977), de inconsistência intertemporal, tal conselho é também estendido ao favorecimento da ideia de autonomia do Banco Central, de modo a deslocar a política monetária da influência do governo, supostamente corroborando para o enfraquecimento dos “ciclos políticos”, responsabilizados por expansão do nível de atividade na eminência de pleitos eleitorais e respectivas contrações no ano posterior, impondo custos à sociedade.

Sendo verdadeira a ideia de Kydland e Prescott a respeito do viés inflacionário de políticas discricionárias, seria necessário um arcabouço institucional que impedisse esta discricionariedade. A tese da independência dos bancos centrais foi uma importante implicação para a política econômica que surge destes trabalhos da escola novo clássica. Pesaria a favor da independência dos bancos centrais a possibilidade de reverter os efeitos da inconsistência temporal da autoridade monetária e suas perdas de reputação e credibilidade. (NERY, 2013).

Dessa perspectiva, surge também uma crítica ao planejamento central como um todo, pois, para o defensor da Hipótese de Expectativas Racionais, determinadas arbitrariedades frente ao planejador corrompe a credibilidade das políticas. Deste modo, quase todo conjunto de políticas discricionárias por trás do governo tende a impor ao sistema econômico um distanciamento do ótimo de Pareto, implicando ineficiência/ desperdício de recursos, impedindo que a economia atinja o potencial do emprego dos fatores de produção e que os agentes obtenham bem-estar aquém do que poderia adquirir.

Portanto, podemos inferir que, para os que seguem a corrente liberal, o Estado na melhor das hipóteses deve ter um comportamento pouco participativo, se restringindo às políticas que estejam apenas direcionadas ao horizonte de curto prazo no que concerne ao nível de emprego, geralmente vinculado às estabilizações relativas ao hiato do produto ou ao

excesso inflacionário/deflacionário. Isso acontece, pois, ao longo prazo qualquer interferência nesse sentido por parte do governo causará perdas de bem-estar, impondo restrições ao uso ótimo dos recursos disponíveis na sociedade, e, por consequência, impondo ao sistema uma trajetória de crescimento sub-ótima.

A Teoria dos Ciclos Reais de Negócio também faz parte do arcabouço neoclássico mais moderno, do qual adota perspectiva das expectativas racionais. Segundo Giacomo (2019), formulada por Edward Prescott, Finn Kydland e Charles Plosser, os autores ligados a essa vertente supõe que o governo deve restringir ainda mais sua participação na atividade econômica, relegando à política monetária um papel inócuo ao estímulo do pleno emprego, mesmo no curto prazo. Segundo Dornbusch (2013), para os autores dessa corrente, os ciclos econômicos são, na verdade, o resultado de ajustes pareto-ótimos dos agentes sobre a dinâmica dos choques tecnológicos., por tal, quando os choques são positivos, o aumento da produtividade ocasionado por ele implicará num aumento de demanda por mão de obra, elevando o nível de emprego da economia, o contrário ocorrendo no caso inverso.

Nesse interim, o papel do estado na economia fica praticamente restrito às questões institucionais e à política fiscal, que, segundo os autores dessa vertente, ao invés de afetar o lado da demanda, como supõe os keynesianos, só tem efeito no lado da oferta, e de acordo com eles não deve ser muito utilizada, sob o risco da economia se desviar de uma trajetória eficiente no uso dos seus fatores de produção, pois os próprios ciclos econômicos representam o melhor movimento possível dos agentes frente aos choques de oferta, não representando, portanto, falhas de mercado e sim ajustes ótimos. De acordo com Froyer (*apud* GIACOMO, 1998), o maior papel dado à política monetária e fiscal é a diminuir o custo atrelado à inflação.

Pode-se, portanto, afirmar que a teoria representa um caso mais radical de negação do papel do governo em produzir resultados econômicos favoráveis, afirmando serem poucas as circunstâncias em que isso possa ser possível. Aqui o papel da dinâmica da demanda agregada é mínimo, conferindo ao lado da oferta primazia para os resultados econômicos. Atualmente, a Teoria dos Ciclos Reais de Negócio é combinada com o aporte novo-keynesiano, de modo a conferir resultados menos radicais no que diz respeito ao papel do estado na economia, porém ainda configurando uma força conservadora no tocante a atuação do governo na economia, dando respaldo técnico e ideológico aos partidos políticos vinculados às ideais liberais ao propor reformas que abrandem a presença do estado na economia.

2.3 OS NEOINSTITUCIONALISTAS E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

No longo prazo, o Estado deverá tão somente exercer uma função de protetor e provedor de um aparato institucional capaz de proteger de forma eficiente a propriedade privada,

fornecendo sistemas jurídicos que possibilitem o tratamento isônomo e democrático entre os agentes, propiciando um sistema de incentivos robusto para a promoção do investimento em capital, tecnologia e qualificação pessoal. Neste ponto, a Teoria Neo-institucionalista, a partir de Douglas North no entendimento de Daron Acemoglu (2007), trata-se dos agentes governamentais o fomento, respectivamente, às Organizações de Acesso Aberto e às Instituições Inclusivas, em contraposição às Instituições de Acesso Fechado e Instituições Extrativistas.

Para North (1990), Ordens de Acesso Aberto são aquelas que dão substrato às instituições dos quais permitem o acesso garantido por contratos, resguardadas por um aparato jurídico imparcial e perene em relação ao tempo sem privilégios condicionados a qualquer membro da sociedade, não permitindo aos associados que possuem acesso prévio à riqueza (ricos) privilégio perante o poder político condicionado a este motivo, impedindo ou mitigando a probabilidade que elites consigam se aproveitar das suas respectivas posições para extrair rendas e benefícios do governo/estado e demais indivíduos sob o uso de coerção/violência ou instrumentos legais. Deste modo, governos que estabeleçam tratamento equitativo e sem privilégios, sistema jurídico eficiente, mais normas capazes de dar credibilidade e segurança aos agentes, dotam o sistema de menor incerteza, de modo que os denominados *Custos de Enforcement e Measuring* sejam reduzidos, tais incentivos melhoram as expectativas dos agentes enquanto sua capacidade de ascensão e criação de riqueza, os conduzindo a investir e inovar mais. O autor, ao defender sua respectiva teoria, vale-se da interpretação de como o Estado se desenvolveu em determinadas sociedades, tornando seu pensamento condizente com a trajetória histórica da forma com que o Estado e a sociedade civil se relacionam perante uma perspectiva evolucionista, apresentando como fase inicial o assim denominado Estado Natural, onde determinados grupos de elite às vezes precariamente, às vezes sofisticadamente, se articulam para defender privilégios à custa de outras parcelas da sociedade através da busca do uso da violência, passando definitivamente para a Ordem de Acesso Aberto, quando o aparato institucional inibe esses tipos de comportamentos.

De acordo com Abreu (2017), Acemoglu e Robison (2012) partem de uma perspectiva muito semelhante às Ordens de Acesso Aberto, para eles, Instituições Inclusivas são aquelas que permitem aos participantes da sociedade liberdade de contrato e equitatividade perante a lei, de modo que as elites tenham possibilidades limitadas de se aproveitarem do ambiente jurídico e econômico para extrair privilégios e riquezas. A diferença com a teoria anterior é que estes autores tomam o Estado no sentido de monopolista da violência como dado,

abstraindo os motivos que conduziram à sua evolução, ou seja, aqui não se trata de uma Teoria de Estado, porém tão apenas como os agentes escolhem conscientemente suas relações econômicas e sociais.

No que tange a aversão à participação substantiva Estado na economia, em que pese o corporativismo de grupos da sociedade civil com o Estado, característica comum e essencial ao desenvolvimentismo, típico das décadas de 1950 e 1970 no Brasil e ao social-desenvolvimentismo do período Dilma, a Teoria da Escolha Pública vai de contramão. Desenvolvida por Buchanan (1986), tal aporte acadêmico predizia que, não somente os agentes econômicos diretos, mas também os condutores de políticas públicas apresentam auto interesse nas suas próprias políticas, estes, por sua vez, tem incentivos de corromper/aviesar o sistema ao seu favor, muitas vezes incorporando ineficiência econômica através do conluio com grupos de interesse, dos quais objetivam cooptar o governo/estado em prol de ganhos futuros, maioria das vezes empresários dos quais despendem recursos dos quais poderiam, em situação normal, serem empregados produtivamente.

Borges (2001) observa que os economistas de linha ortodoxa costumam utilizar desse cabedal em favor da perspectiva de estado limitado, pois este, ao não conduzir políticas que beneficiem diretamente setores específicos da economia, seja com crédito, subsídios fiscais ou reservas de mercado, estaria minimizando o problema do *rent skeer*, promovendo uma economia comparativamente mais promissora na produção, reduzindo transferência improdutiva de renda.

2.4 ECONOMIA INTERNACIONAL

No que diz respeito à visão sobre o comércio internacional, Krugman (2008) observa que a linha econômica apresenta-se como defensora da abertura. Tal compreensão parte, num primeiro momento, da interpretação dado aos economistas clássicos, em especial, a David Ricardo, cujo mérito se baseou na criação da Teoria das Vantagens Comparativas. Essa teoria afirma que, se tratando de comércio internacional, os países deveriam se especializar na produção daquilo que tem o menor custo de oportunidade de fazê-lo. Ou seja, se em determinado país a produção de um bem qualquer for, comparativamente mais barata que os demais quando comparado aos que comercializam internacionalmente, ela deve se especializar neste produto, os outros devem ser obtidos via trocas com outros países que possuem melhor vantagem comparativa em produzi-los.

Ainda segundo Krugman (2008), modernamente é mais empregado o Modelo de Heckscher-Ohlin para fins de política comercial. Tal modelo é semelhante à Teoria das Vantagens Comparativas, se diferenciando dele em dois aspectos: o modelo utiliza-se da Teoria Valor Utilidade, enquanto Ricardo apresentava uma teoria pertinente à Teoria de Valor Trabalho. E, no segundo caso, ao invés de observar a produção diretamente, a atenção é voltada à abundância ou escassez relativa aos fatores de produção participativos. Ou seja, quando um país tem abundância relativa de um determinado fator de produção, ele deve se especializar naquilo que este fator produz.

Países dos quais não se aplica essa ordem no comércio internacional, supostamente, estariam se condenando a uma menor produtividade da sua produção, bem como, em alguns casos, não permitindo que o preço geral de bens finais e insumos convirjam à média internacional, implicando em ineficiência econômica.

Portanto, tem-se que os princípios de liberdade econômica importa e é um caminho mais promissor do que o planejamento central e intervenções consideradas excessivas para este grupo.

Para os autores dessas correntes, o Estado cumprindo esses aspectos proporcionará, ao longo prazo, um regime de crescimento com estabilidade macroeconômica e dinâmica microeconômica, conduzindo o país à convergência do seu respectivo nível de renda aos já alcançados pelos países de economia central. Este tipo de pensamento foi característico no governo FHC, principalmente no seu segundo mandato, onde o denominado Tripé Macroeconômico foi aplicado e a interferência do Estado na economia mitigado a um papel relativamente menor do que no período desenvolvimentista.

O referido governo, ainda no primeiro mandato, deu continuidade à abertura comercial proposta no início dos anos 1990, reduzindo também o gerencialmente do Estado sobre a economia mediante privatizações e usando de política fiscal e monetária contracionista afim de controlar os preços, a despeito dos resultados pouco promissores do PIB per capita e da elevação da taxa de desemprego que ficou patente pela maior parte do período, evidenciando o compromisso do governo com a concepção teórica neoclássica da curva de Philips aumentada por expectativas racionais. No entanto, pelo contexto do grau ainda elevado de indexação da economia seguiu-se a chamada “âncora cambial”, com câmbio flutuando no interior de uma banda até o ano de 1999. Tal política, sendo descontinuada no segundo mandato, foi substituída pela perspectiva do tripé macroeconômico, da qual englobava a

perspectiva da mencionada hipótese de inconsistência intertemporal, derivada do modelo de expectativas racionais contemplada a três critérios, definidos como responsabilidade fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação, dos quais corroboravam na manutenção do caráter conservador da política macroeconômica do primeiro mandato, porém com mais afinidade aos modernos modelos de macroeconomia *mainstream*, definindo o compromisso do governo em se aproximar mais ainda do paradigma atual da economia neoclássica.

Os elementos associativos dessas políticas serão consolidados no último capítulo, onde é trabalhada a trajetória dos governos.

3 OS PARADIGMAS DESENVOLVIMENTISTAS

As inspirações das ideias desenvolvimentistas são condicionadas a um conjunto de interpretações históricas relativas à evolução econômica de determinados Estados- Nações sob a ótica interpretativa de uma diversidade de autores. Esses autores, dos quais, por meio de uma composição mais ou menos homogênea em termos de método de análise, elaboraram uma série de construtos cujo lugar comum se assenta na ideia de incapacidade de uma economia nacional promover a passagem de um estado de parco desenvolvimento das suas respectivas forças produtivas e minoritária participação do produto total em determinado grupo de países de referência, para um estado de relevância econômico-político considerável por exclusividade da ação do mercado e da iniciativa privada na economia do país.

Em outros termos, fazer o *catching-up* a nível de renda per capita em consideração aos países desenvolvidos, sob os auspícios apenas dos desdobramentos da dinâmica do mercado não é considerado possível, sendo imprescindível a ação da figura do Estado como entidade de coordenação e fomento, direto ou indireto ao estímulo favorável à transição da capacidade e qualidade das forças produtivas dentro da unidade nacional.

3.1 LIST, CHANG E O MÉTODO HISTÓRICO

Tal concepção, em fase de construção ainda no processo de amadurecimento da Economia como disciplina autônoma no pensamento humano, foi esboçada com participação decisiva de autores do século XIX, em destaque, Frederic List (1986), cuja obra “Sistema Nacional de Economia Política” condensou em alguns capítulos as ideias dos quais serviriam como suporte à oposição ao liberalismo clássico. Em particular, o autor crítica as ideias de Adam Smith no que diz respeito à divisão do trabalho e a Teoria das Vantagens Absolutas mediante revisão histórica de sucessivas políticas adotadas por principados, reinos, impérios e repúblicas anteriores, durante e após a formação dos Estados Nacionais, dos quais, supostamente, introduziram avanços econômicos seguindo receituário conflitante com a ortodoxia da época.

No seu *magnum opus*, o autor se desprende metodologicamente dos economistas políticos clássicos como Adam Smith e David Ricardo, empreendendo a interpretação da economia atrelado ao devir histórico¹. Enquanto os primeiros referidos trabalhavam predominantemente em interpretações logico-dedutivas, o

¹ O autor vivia na época de ascensão e consolidação do historicismo germânico. Doutrina essa que valorizava as histórias particulares das nações para o entendimento das relações humanas, questionando o iluminismo de caráter cosmopolita.

segundo apelava para uma heurística indutiva, em que tomando a história do desenvolvimento de uma diversidade de países, procurava obter um modelo de etapas de desenvolvimento cuja atenção se dá de forma especial à capacidade das forças produtivas de cada país, o grau de organização e avanço institucional (normalmente a coesão e centralização do Estado sobre os componentes econômicos ou não da sociedade do qual faz parte) em conduzir à prosperidade e segurança econômica.

O autor, então, empreende na sua obra um conjunto de receituários dedicados separadamente para cada nível de desenvolvimento de cada estrutura política, dos quais podem ser resumidos em 3 (três): baixo desenvolvimento, médio desenvolvimento e alto desenvolvimento.

No que diz respeito às estruturas sócio-políticas com baixo nível de desenvolvimento no que concerne ao Estado ou limitado avanço econômico, List observara que o liberalismo econômico, principalmente no tocante à abertura ao comércio exterior, era uma forma de conduzir à diversificação e promoção dos fatores produtivos. A Inglaterra medieval surge como exemplo para o autor, cuja abertura ao comércio em parceria com a Liga Hanseática, ainda no entorno do século XIII, modificou gradualmente a estrutura feudal de pecuária suína, até então hegemônica, para um modelo de exportação pré-capitalista de tecido de lã, implicando em elevados retornos para os detentores de terra com ovelhas e aprimoramento de outras atividades no entorno como a navegação e o sistema financeiro, portanto, garantindo um desenvolvimento econômico importante durante o final da idade média.

Para estruturas intermediárias, ou seja, aquelas com algum grau mediano de diversificação e condensação da atividade produtiva, o autor recomenda o protecionismo ao exterior e integração interior como prática impulsionadora do desenvolvimento. Para o mesmo, indústrias nascentes ou atividades econômicas iniciantes, em termos gerais, não dispõem de capacidade para disputar com outras empresas ou associações externas, conferindo perdas econômicas quando expostas à competição internacional. Para além disso, o autor qualifica a urbanização e os conglomerados populacionais adjacentes como força catalizadora de informações e diversificação do conhecimento artístico e científico, em contraposição à ruralidade da qual, segundo o mesmo, corroborava para o embrutecimento e embotamento intelectual dos que ali habitam, implicando em menor produtividade do trabalho e escassez de capital, de modo a atrasar o desenvolvimento nacional. Então, para esse nível de evolução sócio-econômica, o melhor a se fazer é praticar através de leis, restrições comerciais por tributos ou políticas de comando e controle afim de possibilitar, por um período limitado, a maturação da indústria e demais setores de maior sofisticação produtiva, engendrando no futuro a elevação da capacidade em competir com seus pares internacionais.

Segundo o autor, essa fase pode ser ilustrada pela história da Inglaterra durante a dinastia Tudor e a República de Oliver Cromwell. Num primeiro caso, no reinado de Elisabeth I, houve a apreensão dos

navios da Liga Hanseática e respectiva expansão naval inglês, já na República, o Ato de Navegação aprofundou o protecionismo naval, permitindo que produtos ingleses pudessem ser vendidos apenas por embarcação nacional, corroborando para intensos conflitos diplomáticos entre as demais nações, como guerras contra a Espanha e os Países Baixos. Tal abordagem submetida pelas forças nacionais em solo britânico, através da criação de órgãos privados como as Companhias das Índias Ocidentais e Orientais inglesas, criou condições para a colonização de terras ultramarítimas e contestamento de porções até então devidas aos inimigos Espanha e Países Baixos, pavimentando a força Imperial hegemônica no século XIX. Um outro exemplo que o autor utilizou para ilustrar essa fase de desenvolvimento foi o da nação alemã, da qual, ainda dividida em dezenas de enclaves, oriundas do passado feudal relegado ao antigo Sacro Império Romano-Germânico, não obteve o formato de um Estado- Nação moderno, mas caminhava nesse intento.

Para além da teoria, o autor, à época, político do potentado de Baden, já munido de um pensamento nacionalista, dedicou-se as ideias de integração econômica e desenvolvimento interno, sendo o patrocinador intelectual da *Zollverein* (zona de livre comércio e união alfandegária entre os potentados germânicos posta em prática a partir de 1834), o que veio a proporcionar, ao longo prazo, crescimento econômico e união política. Marcando um legado de importância para o futuro Império Alemão.

Para o referido, como já exposto, o desenvolvimento econômico passa, indiscutivelmente na formação de estados nacionais, que por sua vez tem motivações e causas para se formar da qual além da identidade nacional, linguística e costumes parecidos, a integração econômica é praticamente indispensável. Obtendo integração econômica, torna-se possível praticar uma divisão nacional do trabalho calcada em maiores interesses comuns do que no comércio internacional, portanto, em cooperação superior àquela praticada quando há envolvimento elementos dos demais países. Tais fatores mencionados também implicam em menor custo de transporte e comunicação, retraindo o custo de transação esperado entre as partes².

Para os países que já obtiveram elevado grau de sofisticação das suas forças produtivas, como no caso, a Inglaterra já no início do século XIX, o autor preconiza a cessão de incentivos em excesso e ao protecionismo, defendendo a liberalização econômica, em especial, no que tange ao comércio exterior. Para ele, nesse ponto, o protecionismo se tornaria mais custoso que

² Tal construto, quando levado analogicamente a um aspecto microeconômico se assemelha à teoria da empresa de Ronald Coase discutida em livros textos dos cursos de Organização Industrial. Tal semelhança, clara, é observada no trabalho de List, por via análoga ao assunto que trata da formação de empresas. Ou seja, pela verticalização produtiva, as empresas se formam pois comercializar produtos em determinados contextos que envolvem custos esperados superiores à soma daqueles do qual se formaria na eventual escala produtiva de mais produtos seria desvantajoso. Assim opera-se a opção pela verticalização.

eventuais constrangimentos no comércio internacional, pois introduziria letargia das forças produtivas e desperdício de oportunidade de expansão econômica pelo mundo³.

Tal visão, é amparada pelo economista sul coreano Ha Joon Chang em *Chutando a Escada* (2004), livro do qual o autor, em sintonia com o pensamento de List, dá um maior suporte às suas ideias através do reforço da abordagem metodológica histórica, destacando, para além do seu antecessor, casos de sucesso no emprego do fomento da economia através da ação do Estado durante a segunda metade do século XIX e no século XX.

O referido associa o sucesso da transição de economia agrária para a industrialização dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Japão e Coreia do sul mediante emprego de mecanismos desenvolvimentistas dos quais, via de regra, abrangiam redes especiais de proteção e subsídio à indústria com ativa união entre a figura do Estado e do empresariado num compromisso de crescimento e expansão das forças produtivas. Em oposição às ideias liberais propostas no século XX, como as novas teorias de comércio internacional e a abordagem neo- institucionalista o dito cujo, contrapõe os argumentos da economia *mainstream* ao explicar sobre casos de sucesso de desenvolvimento econômico sem que todas as condições apontadas pela literatura da micro e macroeconomia tradicional. Em específico, sua crítica se direciona mais à Economia Neoinstitucionalista e Economia Internacional, apresentando contextos em que países com instituições supostamente mais evoluídas e abertura comercial superior não conseguiram o mesmo desempenho virtuoso de nações com comércio internacional mais restrito ou com instituições falhas, tal como a escravidão nos EUA e o seu respectivo protecionismo praticado entorno da doutrina referente à “Escola Americana de Economia” de Alexander Hamilton e Henry Clay e seus presidentes simpatizantes.

O mesmo também avalia a trajetória de países atualmente desenvolvidos como Alemanha, França, Inglaterra, Japão e Coreia do Sul, apontando que, nas fases de maior fechamento ao comércio, diversamente aos momentos de abertura, ou seja, entre o século XIX até meados da segunda metade do XX na maioria desses países, o crescimento econômico foi superior.

Essa concepção metodológica identificada na revisão histórica, combinada com teorias originárias de modelos ou resultados empíricos como alicerce essencial, teve papel pertinente

³ O autor, homem europeu de sua época, era favorável ao expansionismo imperialista, denotando entendimento de superioridade cultural dos povos brancos sobre os demais. Não era, portanto, um autor modernamente qualificado como esquerdista, era, tão somente, um nacionalista com aspirações duvidosamente xenófobas.

na análise de um sem-número de autores identificados como economistas do desenvolvimento e economistas socialistas, tais como Kondratiev, Gerchenkron, Arthur Lewis, Albert Hirshmann, Rostow, Walich, Ragnar Nurkse, Ignácio Rangel, Celso Furtado, dentre outros não menos importantes. Diversamente ao método empírico da economia positiva, ou *Economics*, tal proposta busca à luz da história compreender fenômenos que, supostamente, o ferramental do ramo ortodoxo não dispõe de elementos suficientes para ingressar numa análise precisa sobre a proposta a ser analisada.

Tais arcabouços, não apenas no aspecto metodológico, mas muitas vezes, nos seus prognósticos apresentam resultados díspares aos da linha de pesquisa convencional. Na maioria dos casos, a intervenção substancial do estado na economia é observada como fator mais importante, via de regra, indispensável ao desenvolvimento econômico.

3.2 ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO CLÁSSICA

Autores como Gerchenkron (1966), Hirshamann (2010) e Rangel (2007), observaram a necessidade da ação estatal no fomento à grande indústria em países menos amadurecidos no seu desenvolvimento, ou seja, para ambos, o estágio em que se encontra as estruturas econômicas tem importância crucial para se definir estratégias de desenvolvimento.

Ou seja, para ambos, o desenvolvimento econômico é mais consequência que causa do avanço de estruturas produtivas. Estas estratégias, conduzidas em grande monta através do empoderamento estatal em conluio com a iniciativa privada, por uma série de fatores, permitem o avanço mais acelerado do perfil econômico. Tal resultado é parecido com os modernos modelos de macroeconomia pós-keynesiana com a estrutura importando decisivamente, contrariando os modelos neoclássicos de crescimento como o de Solow (1956) ou Romer (1991), tais como são expostos em Oreiro (2016), cuja avaliação entorno do crescimento econômico dispensa a proporção que a agropecuária, indústria e serviço exercem sobre a atividade econômica, dos quais conferem o crescimento de longo prazo por ação da Produtividade Total dos Fatores em função do caráter institucional e do estágio de desenvolvimento do capital humano.

No primeiro caso, Gerchenkron (1966), mediante revisão historiográfica, identificou que o padrão de industrialização de determinado país seguia caminhos diferentes conforme o seu estado de atraso ou avanço em relação aos demais. No caso de pioneirismo industrial, como o ocorrido na Grã Bretanha ainda no século XVIII, a trajetória da acumulação de capital, para o

autor, teve indução pela poupança dos setores empresariais nascentes, cuja introdução do aparato técnico em fábricas de porte diminuto era dado majoritariamente pela sua própria poupança.

Num segundo caso, para países com breve atraso, a ação de instituições financeiras de fomento é um fator indispensável ao acúmulo de capital, pois, nesse ponto, era necessário a criação de plantas de maior porte para suportar a concorrência do primeiro grupo de países. A Alemanha e a França entorno da segunda metade do século XIX foram exemplos citados pelo autor como países dessa categoria.

Em último caso, para países com atraso mais profundo, seria necessário a intervenção do Estado como forma preponderante no processo de industrialização. Fábricas de grande porte, bem como infraestruturas de tamanho maior seriam inviáveis de ser construídas apenas como recursos privados, seria necessário então o Estado exercer um papel de alicerce para, mediante tributação de outros setores produtivos e poupança externa, alavancar recursos vultosos afim de subsidiar o processo de acumulação de capital. Para o autor, esse procedimento foi adotado no Império Russo, em meados do final do século XIX para o início do século XX, obtendo relativo sucesso.

A alusão a autores como Arthur Lewis e Albert Hirschmann tendem levar ao aprofundamento da ideia anteriormente dada, o primeiro dedicou-se a apresentar a hipótese de baixa produtividade do setor agrícola como fator motivador do subdesenvolvimento de uma diversidade de países. Nesse ponto, países que ainda não obtiveram a transição da agricultura para o setor de indústria e serviços como componentes mais importantes, compõe uma seara de desenvolvimento econômico dispare em relação às estruturas já amadurecidas, com parca participação das massas trabalhadoras na composição do PIB.

A mesma ideia pode ser encontrada em Furtado (2007), quando o autor debruça sobre a estagnação secular dos salários nos últimos anos do II Reinado e na Iª República Brasileira. Ou seja, nessas condições, haverá mão de obra virtualmente ilimitada que, por sua vez, teriam dificuldades adicionais a obter aumento dos seus rendimentos, inibindo a participação do consumo como componente da demanda agregada, que, por seu turno, por suposto, inibiria o mercado de massas interno, de modo que o país necessita-se do humor do comércio e das finanças internacionais para a elevação do seu respectivo produto mediante o canal das exportações e importações mais serviços. Por outro lado, a estagnação da oferta agregada entorno da produtividade baixa e estável conferiria, num primeiro momento, no caso de

economias que ainda não estivessem em transição, um baixo crescimento econômico, limitado pela pouca capacidade dos fatores de produção em produzir, bem como a exibição de baixas economias de escala.

Hirshamann (2010), por sua vez, considera também, de modo análogo ao abordado pelos outros autores, que o desenvolvimento econômico passa por diferentes tónicas, a depender de fatores estruturais. O mesmo, num artigo publicado, mostra-se avesso ao que resolveu classificar como “monoeconomicismo”, ou seja, às maneiras de interpretar os fenômenos econômicos ligados ao desenvolvimento mediante desenrolar de uma única via. Para o autor, múltiplos fatores afetam o desempenho e os melhores caminhos a serem dirigidos, havendo graus de liberdade diferentes para cada nação em cada contexto.

Para Bianchi (2007), além disso, o autor, ao estudar o comportamento de certos setores e seus respectivos entrelaçamentos, analisa que a alternativa pela via do crescimento desequilibrado seria mais vantajosa que a via pelo crescimento equilibrado. Ou seja, o empenho do estado em mobilizar recursos da sociedade em prol do fomento à determinados fatores de produção em setores específicos, possibilitando um crescimento assimétrico desses ramos em relação aos demais, seria mais conveniente para o desenvolvimento econômico do que a ausência de subsídios ou uma suposta horizontalidade do mesmo num outro caso.

Munindo-se da economia keynesiana, o economista verificou que estruturas de mercado interligados em longas cadeias tem capacidade de canalizar encadeamentos para “frente” e para “trás” com forte impacto na estrutura de mercado.

Num primeiro caso, o setor de componentes ou insumos, ao serem estimulados, corresponderia a um aumento nas suas inversões, barateando o produto final na outra ponta da cadeia, estimulando sua produção via oferta. Noutra caso, mas enfatizado pelo autor, o estímulo aos produtos de maior valor agregado que estejam à frente na cadeia de valor, corresponderia à evocação de uma maior demanda aos bens ou insumos produzidos na ponta de trás, compreendendo um ciclo virtuoso, onde maior produção no setor mais sofisticado mobilizaria incentivos aos demais setores detrás ao incremento da produção e investimento produtivo. Além disso, o autor destacou outras vantagens na inversão em plantas industriais de produtos com alto valor agregado, as maiores razões se encontram no efeito aprendizagem *learning by doing* do qual é causa e desdobramento do maior cuidado e zelo que o empresário e trabalhador se dedicaria a tais empreendimentos, cuja opinião pública, mas atenta,

forneceria melhores incentivos para a assertividade de tais bens, incorrendo em menores defeitos e mais aprendizagem, estabelecendo um ciclo virtuoso.

No que concerne as outras interpretações do desenvolvimento, em especial, na literatura de ciclos de longo prazo, Rangel (2007) e Louçã (2004) contribuem definitivamente para o debate, assumindo caminhos muito próximos em alguns aspectos. O primeiro, esboçando sua máxima contribuição em “Dualidade Básica da Economia Brasileira”. Nesse construto, o autor elucida, mediante revisão histórica e método materialista histórico dialético, uma interpretação marxista e desenvolvimentista dos fenômenos econômicos de longo prazo, atribuindo a fatos históricos importantes, tais como a Declaração da Independência, Abolição da Escravidão, Declaração da República e a Revolução de 1930 como início e término de longos ciclos da atividade econômica em solo nacional, conhecidos como Kondratievs⁴ internacionais. Nesse ínterim, ao se submeter ao método de qualificação das nações em periféricas e centrais, assume a perspectiva de que o Brasil, como periférico na ordem econômica, reage economicamente e politicamente aos estímulos exteriores, resultantes da reorientação político-econômica dos Estados mais desenvolvidos, cuja articulação se dá em dois polos conforme o estágio de desenvolvimento institucional e de forças produtivas, o primeiro interno, ligado às atividades que compõe a absorção interna do produto e um polo externo, dedicado às relações comerciais e financeiras com as demais estruturas político-econômicas no mundo. Cada polo, apresenta, por sua vez, um lado interno e externo, cada um denotado por uma fração da classe dominante diferente, uma mais arcaica e em vias de obsolescência, outra mais pujante e com potencial de crescimento, o lado externo, ou seja, aquele que acompanha diretamente os desdobramentos das rupturas/revoluções na centralidade do sistema, capta pioneiramente as necessidades de mudança e lideram a hegemonia político-econômica do país, sendo canal de transmissão para a reorientação e adaptação da economia nacional à esses reverses.

3.3 CEPAL, ESTRUTURALISMO E OS DESENVOLVIMENTISMOS

Segundo Rangel (2007), sob a égide do denominado Terceiro Kondratiev (1896-1945), em respeito ao avanço e emprego das tecnologias relacionadas à eletricidade, às ligas de metais mais elaboradas no âmbito da construção civil, bem como a emergência da indústria química, atrelados à abertura comercial provida pela então potência, Reino Unido, a intensificação da

⁴ Em referência aos Ciclos de Kondratiev, percepção originária do cientista russo Nicolai Kondratiev.

divisão internacional do trabalho configurou-se como marco importante no alvorecer do século passado.

De acordo com o autor, esse panorama possibilitou que os países periféricos ao sistema central obtivessem ganhos substanciais em termos de troca comercial, ao dispor de bens agrícolas e minerais importantes para a alimentação e insumo industrial no mundo desenvolvido. Em troca, esses países centrais, dispunham de exportação de capital, via de regra, na inversão de infraestrutura portuária, rodoviária e elétrica, dos quais possibilitavam o barateamento do escoamento e expansão das matérias primas que retroalimentavam o ciclo de comércio mundial.

Com a desaceleração do ciclo longo, entrando na sua fase recessiva, ficou cada vez mais patente uma perda relativa em termos de troca aos países periféricos. Esta perda, de acordo com Carneiro (2012), por sua vez analisada pelo economista Raúl Prebisch (1949), evocara a formulação de um conjunto de ideias das quais contestavam a Teoria das Vantagens Comparativas. Para o autor, ao longo prazo, essa depreciação dos termos de troca, adquiria formato de tendência, tal performasse implicaria então num empobrecimento relativo dos países dependentes de exportação de bens primários frente àqueles produtores de bens industrializados.

Tal relação, para o autor, solidifica-se através da razão entre elasticidade renda demanda dos produtos primários e elasticidade renda demanda dos produtos do setor secundário. No primeiro caso, a elasticidade referida é relativamente baixa, pois com um dado aumento do nível de renda há um incremento menor no nível de demanda no que aquele verificado para bens com maior intensidade de valor agregada, desse modo, ao longo prazo, as vantagens comparativas não é uma heurística adequada ao crescimento econômico, sendo então necessários mecanismos do Estado para que se alce um processo de industrialização nesses países, ou seja, uma reorientação estrutural do instrumentário produtivo. Esta mudança, num horizonte de longo prazo, impulsionaria a renda per capita a um nível que supostamente convergiria aos países do centro capitalista, permitindo o enriquecimento dessas sociedades. A este tipo de composição de pensamento econômico, denomina-se de estruturalismo.

Nesse ínterim surge a CEPAL, organização internacional com inspiração nas ideias de Raúl Prebisch e com contribuições importantes do economista brasileiro Celso Furtado. Tal organização promovera um extenso cabedal de conhecimento do qual veio a ser aplicado durante o século XX, principalmente dos anos 50 aos 60 no Brasil e em outros países da

América Latina, exercendo particular influência na III República brasileira. O arcabouço promovido compreendeu a concepção de uma série de políticas públicas orientadas para a superação do então modelo agroexportador, na direção favorável à indústria como componente a ocupar ponto de destaque na estrutura produtiva nacional, cuja contribuição principal foi o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956- 1960).

O plano de ação desse condensado de pensamentos, se encontrou em materialização através das políticas de substituição de importações. Tal orientação ocorreu mediante ampliação de reserva de mercado como cotas de importação, política tributária e cambial discriminatória, incorporamento de intervenções em preços micro e macroeconômicos, razoável planejamento central e dirigismo do estado, bem como políticas sociais distributivas, tais como aumentos salariais consecutivos.

Estas políticas, sob os auspícios dos formuladores cepalinos, se assemelharam parcialmente com o padrão desenvolvimentista do Segundo Período Vargas e da ditadura militar no I e II PND, geralmente oscilando em questões de propostas relacionadas à parte distributiva da renda. Tais diferenças são presentes em tópicos como a valorização ou não do salário mínimo e o acréscimo ou não de leis trabalhistas. Por exemplo, as políticas salariais se mostraram relativamente mais regressivas durante os aludidos “anos de chumbo”. Como retratado por Hermann (2004), esse período, conhecido como “milagre econômico, foi estabelecido com rebaixamento relativo do salário na participação da renda nacional, aliada a um incremento importante na disparidade entre os mais ricos e mais pobres.

Aqui se encontrava os rudimentos essenciais às tentativas, bem ou malsucedidas de revisão do padrão estrutural da economia brasileira, cuja expressão mais recente se deu no governo Dilma (2011-2016), mediante a estratégia denominada de Social- Desenvolvimentista.

Segundo Pfeifer (2012), a concepção Social-Desenvolvimentista, doutrina tipicamente brasileira, foi pensada com participação destacada dos economistas no Instituto de Economia da Unicamp como Pedro Paulo Zaluth, Aloizio Mercadante Oliva e Márcio Pochmann. Essa rede de pensamento obteve participação crítica também de autores de outras escolas heterodoxas como José Serra, José Oreiro, João Sicsú e Bresser-Pereira, todas associadas ao paradigma keynesiano- desenvolvimentista do qual destaca, assim como os primeiros a participação da dinâmica da demanda agregada como fator condicionante ao desenvolvimento. Sendo o segundo grupo normalmente ligados às concepções pós-keynesianas como a

orientação Neo-Kaleckiana ou Neo-Kaldoriana, possuindo pontos em comum e também antagônicos com o primeiro, conforme associação ideológica.

Segundo Pefeifer (2014) e Zaluth (2012), esta ideação combinando uma diversidade de interlocuções entre autores e propostas diversas tem como norte um conjunto de políticas das quais tendem a convergir em dois grandes objetivos gerais: crescimento econômico com evolução estrutural da base produtiva mais redução da pobreza e extrema pobreza pela combinação de políticas públicas universais e focalizadas. Tal concepção se origina da necessidade de rever o que foi o antigo nacional-desenvolvimentismo, do qual preconizava a mudança estrutural mas, para esses autores, tal perspectiva não concorria suficientemente bem à favor de políticas sociais extensas e universais, compondo, muitas vezes, tão somente políticas compensatórias para o alívio imediato da vulnerabilidade sócio econômica dos mais pobres.

No que concerne a perspectiva igualitária do Social-Desenvolvimentismo, segundo Oliva (2010) não há distinção completa entre as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico com melhorias sociais, a própria política de distribuição de renda, associada à elevação do consumo através da expansão creditícia, do fomento às obras públicas e das transferências direta aos mais vulneráveis, encabeça a essência igualitária desse paradigma. Para o autor, essa estratégia se fazia como contraponto tanto ao mencionado antigo nacional-desenvolvimentismo, quanto ao neoliberalismo, do qual se diferencia pela atuação maior do Estado e da universalização de benesses. Nesse intento, a combinação de políticas públicas com atenção a mitigar a desigualdade dispõe de um potencial importante para o crescimento da economia, fomentando o consumo de massas e o investimento público. Mercadante também assinala, como exemplos, os programas ligados aos PAC I e PAC II, tais quais o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, programas, estes, que viabilizaram o ingresso de parcela significativa da população ao crédito, à moradia e condições mínimas de vida. Segundo as palavras do autor, a estratégia poderia ser caracterizada por:

Uma espécie de produto híbrido que preserva a função do Estado de guardião do marco macroeconômico e resgata, da concepção desenvolvimentista, suas prerrogativas como instância de regulação das relações econômicas e de orientação e planejamento do desenvolvimento econômico e social. Além disso, incorpora ao modelo de intervenção, como um terceiro e essencial componente, a regulação do processo de distribuição da renda, ausente em ambos os modelos anteriores, e que expressa o compromisso do Estado com o combate à pobreza e com o esforço de homogeneização social do país. (OLIVA *apud* PFEIFER, 2010, p. 238-239).

Nesse ponto, para Pfeifer (2014) e Oliva (2010) busca o resgate das elucubrações de Celso Furtado, principalmente no que tange à democratização do consumo como elemento essencial para o avanço do bem-estar da população. Para o autor, não bastava o crescimento econômico nem soluções espontaneamente de mercado em favor da população mais pobre, era necessário atingir o campo do consumo de massa pela interferência da figura do Estado, de modo a inserir mais fortemente o cidadão ao mercado e aos serviços públicos, concebendo, portanto, um processo de “habilitação” do indivíduo. Esse processo, por sua vez, implicaria na quebra do ciclo da pobreza, pois tornaria as famílias até então excluídas, portadoras de elementos básicos para o exercício da cidadania dotando de condições necessárias para a ascensão social, como a propriedade de moradia, o acesso aos cuidados com a saúde, a educação e demais direitos sociais.

Segundo Filgueiras (2012), a tônica principal do modelo Social-Desenvolvimentista, no que tange ao crescimento e desenvolvimento econômico se baseou na expansão da demanda interna. Tal estratégia se firmou no comprometimento relativo a ascensão do consumo através dos aumentos persistentes do salário mínimo real e do crédito, quanto nas inversões autônomas em setores estratégicos como os investimentos no Pré-sal e na industrial civil, orientada pelos programas de governo já mencionados. Desse modo, os estrategistas buscavam contornar o problema do déficit em transações correntes gerado pelo fraco desempenho no comércio exterior, tendo como causa o baixo crescimento do resto do mundo em que pese o cenário de crise econômica vivido à época. Esse panorama dificultava a ascensão da demanda agregada puxada pelo setor externo, que por sua vez implicava em menor investimento induzido nos setores exportadores, gerando um ciclo vicioso incapaz de deter-se por si mesmo, tendo como possibilidade de melhora o investimento produtivo autônomo dentro do país.

Tal formulação favorável ao investimento autônomo interno pode-se remontar, segundo Carneiro (2012), aos escritos de Coutinho e Beluzzo (1982) e Tavares (1985). Para ambos, o padrão de desenvolvimento, cujo componente de liderança era a indústria, não poderia ficar dependente somente da boa vontade da poupança externa cuja característica era a alta volatilidade perante os ciclos econômicos. Seria, portanto, essencial ao desenvolvimento no longo prazo, o fomento à industrialização interna, principalmente no que concerne à produtora de bens de investimento, ou seja, o aludido Departamento I da economia, em termos marxistas. Uma vez iniciado tal estratégia, o país poderia passar por um processo de automação geral do seu sistema de demanda, criando desejados efeitos multiplicadores e

aceleradores, de modo a conferir uma dinâmica própria, endógena e auto sustentável rumo à mudança estrutural da sua base produtiva. Nesse interim, reduziria a dependência do país em relação ao capital estrangeiro, tendo implicações virtuosas sobre a economia nacional. A Lei de Conteúdo Nacional, por exemplo, tentou simular tal intenção no governo Dilma, limitando o uso de componentes nacionais para a inversão de máquinas e equipamentos, principalmente no que tange ao capital produtivo utilizado pela Petrobrás.

Observa-se, portanto, que o keynesianismo, bem como as doutrinas pós keynesianas, tem pontos em comum com o desenvolvimentismo brasileiro. Tanto na versão atrelada ao desenvolvimentismo clássico como também ao moderno, desdobrando-se entre o social-desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo exportador. Referências podem ser atribuídas a Keynes, Marx, Kaleck e Kaldor, bem como seus sucessores. Conceitos tais como demanda autônoma, efeito multiplicador, economia departamentizada, efeito acelerador e ganhos de aprendizagem (*Learning by doing*) são fundamentais para a compreensão do ideário aqui exposto. Tais conceitualizações, uma vez articuladas com os ensinamentos clássicos do estruturalismo latino-americano e adaptados à realidade brasileira, em tempo e espaço, permitiram a construção desse aporte de conhecimento acadêmico.

No conjunto das teorias pós-keynesianas advogadas no Brasil, cujo cabedal serve de suporte às teorias Neodesenvolvimentistas, a crença em geral, como já exposto em outras palavras, dirige-se favorável à concepção que o desenvolvimento se dá mediante flutuações da demanda agregada no curto e no longo prazo, elegendo quais são as variáveis mais importantes para o êxito da atividade econômica de acordo com o contexto do cenário e estrutura macroeconômica apresentada.

Segundo Oreiro (2016), aqui, diversamente à ortodoxia convencional, não se faz distinção radical entre curto e longo prazo, os autores dessa corrente costumam enfatizar os fatores de não-egordicidade, dependência de trajetória e incerteza forte como elementos muitas vezes presente na economia capitalista, dos quais imprimem ao sistema um carácter estruturalmente instável, que, segundo alguns autores, como Bueno (1997) não é tão presente nos textos base da ortodoxia.

Muitas vezes, esses autores apresentam visões bastante distintas, sendo presente e notória preferência por políticas cujos agregados ou preços macroeconômicos a serem mais ou menos estimulados se diferem conforme tipo de Regime de Demanda (*Demand Led*) presente.

Num primeiro plano, temos os economistas da linha Neo-Kaleckiana, dentre os quais, estão os teóricos e formuladores de políticas pós-keynesiano cuja percepção, em decorrência de complexidade e ambiguidades interpretativas do estado macroeconômico, tendem a ser condizente com ideia de crescimento alavancado pelo consumo interno como ponto de ignição partindo da política salarial, no caso, os defensores do regime de acumulação *wage-led*. Ao seu turno, estão aqueles cuja defesa se mostra tendencialmente favorável a um regime denominado *profit-led*, valendo-se da concepção que o crescimento econômico sustentável decorre em maior relevância nas oscilações referentes à participação da taxa média de lucro na economia.

Para o primeiro caso, o regime de acumulação tende a ser favorável ao incremento da massa salarial na composição da renda, este aumento, que por sua vez concentra-se em famílias de poder aquisitivo geralmente menor e, portanto, com comparativamente mais elevada propensão marginal ao consumo, corrobora para um multiplicador de gastos superior, fazendo incrementar então a demanda global a um nível que excede àquele que supostamente seria sem o fator redistributivo.

No entanto, aumentos consecutivos ou persistentes da massa salarial sobre o produto agregado, implica em algum momento em queda na taxa de lucro sobre a renda total mediante incremento do nível de custos em excesso ao incremento de receita originário da elevação da renda das famílias, nos levando ao segundo caso, em que elevações da taxa de lucro tem efeito positivo sobre o nível de renda, tendo como canal de transmissão o aumento do consumo suntuário e a elevação do investimento produtivo. Tal expediente foi delineado em Baduri & Marglin (1990).

Ainda na visão Neockalekiana, elevações na demanda, sejam eles oriundas do consumo, investimento ou gasto do governo, em determinadas condições podem provocar um virtuosismo econômico, pois, além dos efeitos multiplicadores que se dão através dos gastos autônomos, presencia-se também os chamados aceleradores. Os aceleradores acontecem quando o investimento é induzido via elevação anterior de um outro componente de demanda.

O canal de transmissão desse fenômeno, segundo os economistas dessa linha se dá através do excesso de demanda sobre o nível de produção condicionado a um uso “normal” da capacidade instalada. Para os referidos, seguindo a linha de Kalecki (1946), há uma rigidez de mark-up dos preços em referência aos bens industrializados, por sua vez, isso implica em variação do nível da capacidade instalada quando alterações significativas da demanda impõe

movimentações acima ou abaixo do nível desejado de estoque das firmas. Dada variação, se a demanda for superior a prevista, a taxa de utilização da capacidade instalada fica superior àquela planejada, para corrigir tal problema, o capitalista terá um incentivo maior à inversão, ou seja, ao aumento do estoque de capital de sua firma⁵. Tal operação é feita de modo que o nível de capacidade volte àquele desejado, acelerando o processo de inversões.

Já os Neokaldorianos costumam dar importância maior à forma com que a economia se relaciona com o setor externo. Para eles, as economias tendem a crescer mais ou menos a depender da forma como se relacionam os preços macroeconômicos como o câmbio, salário e o juro. Aqui no Brasil, economistas dessa tradição como José Oreiro, Nelson Marconi e Bresser Pereira, advogam que o câmbio tem um papel essencial na dinâmica de crescimento de longo prazo. Ambos defendem a ideia que o câmbio deverá está num nível denominado de “taxa de equilíbrio industrial”, que, para esses autores, seria um nível de câmbio competitivo para as empresas que operam na proximidade da fronteira tecnológica.

Para Oreiro (2016) e Marconi (2017), taxa de câmbio sobrevalorizada, como aconteceu no Brasil durante os governos FHC e Lula, implica em substituição das empresas nacionais pelas internacionais na produção de bens industrializados, promovendo a chamada “doença holandesa” do qual se caracteriza pela regressão produtiva e terceirização/reprimarização precoce da economia. Para o autor tal acontecimento irá, no longo prazo, corroborar para uma queda acentuada na produtividade geral da economia, pois, de acordo com a Lei Kaldor Verdoorn, a indústria, por operar em maior progresso tecnológico através de bônus de aprendizagem (*Learning by doing*), ao reduzir sua importância na composição do PIB, diminuirá esse efeito benigno em toda a economia.

Esse tipo de estratégia diverge particularmente com o velho e o social desenvolvimentismo em alguns pontos. Geralmente os economistas Neokaldorianos tendem a expressar menções favoráveis ao regime *Export-led*, ou seja, tipo especial de regime *Profit Led* do qual indica que o crescimento sustentável de uma economia no longo prazo se dá através do crescimento das exportações maior que o crescimento da economia, contradizendo os antigos e sociais desenvolvimentistas dos quais preconizam a demanda interna como fator de crescimento.

⁵ Segundo Oreiro (2016), para o neokalekianos, as firmas, quando possível, apresentam uma margem desejada de sub-utilização. Para elucidar, o autor utiliza as ideias de outros autores como Steindel (1986) e Sylos Labini (1962), dos quais advogavam a ideia que as firmas em estágio oligopolista, por questão ligada à incerteza e indivisibilidade do capital preferem deixar uma margem inoperante do seu capital.

De acordo com Carcanholo (2010), outro fator que diferencia dos demais é a defesa acentuada do baixo déficit público e a negação da substituição de importações via tarifa. Os autores dessa corrente defendem o equilíbrio das contas públicas de modo a sobrar poupança interna a fim de financiar a industrialização sem estar sob o julgo das oscilações do capital externo. Já no que concerne a defesa do produtor nacional, os mesmos acreditam que o melhor meio disso ser feito é via câmbio. Boa parte desses autores, em particular, os defensores da via Export-Led como o Oreiro, defende moderação salarial, porque, segundo eles, aumentos persistentes dos salários acima da produtividade induz em uma pressão inflacionária, essa por sua vez, é corrigida pela elevação da taxa de juros que implica em apreciação cambial, de modo a afastar o país da taxa de câmbio de equilíbrio. Normalmente esses autores também advogam o fim do Estado empresário, para eles, o Estado deve assumir apenas a condição de indutor da atividade econômica, de forma contrária àqueles pertencentes às demais escolas desenvolvimentistas e estruturalistas.

Tal pensamento teve importância parcial no governo Dilma, pois a depreciação do câmbio em meados de 2012 foi induzida como forma de alavancar a competitividade do país frente aos problemas do comércio externo, do qual aprofundava cada vez mais o déficit em transações correntes. Portanto, não podemos dizer que no referido governo apenas as pretensões sociais desenvolvimentistas foram colocadas em prática. A demanda de empresários, especialmente os ligados ao setor exportador pressionou tais políticas na direção desse tipo especial do desenvolvimentismo exportador.

Deste modo, pode-se incorrer que estas correntes de pensamento cumpre um papel de crítica e negação à doutrina econômica convencional, ao mesmo tempo que elege o Estado como força e locomotiva essencial ao desenvolvimento econômico. Tal composição, de modo similar ao antigo nacional desenvolvimentismo, dá espaço à teoria pós-keynesiana e neo-estruturalista no que diz respeito à política macroeconômica de curto e longo prazo, definindo estratégias pertinentes ao estado de coisas das variáveis de preço macroeconômico, bem como levando em consideração o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, promovendo e corroborando com mudanças significativas nesses aspectos.

4 OS LIMITES PARA OS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO

Durante a história de nossa República, as discussões pairavam normalmente em forte antagonismo, mobilizando, para além dos críticos e acadêmicos, setores da sociedade auto-interessados ou não por determinados programas econômicos. Estes, por sua vez, quando confrontados e decididos ora pelo pleito democrático, ora pelo arbítrio autoritário de alguma entidade política, discutiam o norte e a direção da qual a sociedade deveria aportar seus recursos, participando no embate político através do entrave de narrativas e evidências favoráveis ou não às suas perspectivas ideológicas.

Estando presente em dedicações de autores como Furtado (2007) e Franco (1989), discussões como Metalistas vs Papelistas na Primeira República, Industrialistas vs Liberais no imediato pós-guerra, Desenvolvimentistas vs Monetaristas na Terceira República, Heterodoxos vs Ortodoxos em geral, no período pós 1988, foram palco de intenso desafio intelectual e político, orientando diversos governos ao longo desse período. Tal se sucedeu de modo a movimentar massas populares significativas a compor blocos ideológicos distintos, dos quais em certos momentos se confrontando de forma harmoniosa, já em outros, agressiva e relativamente polarizada, sendo efeito e causa de uma diversidade de eventos políticos que, no limite, através da elevação do custo do diálogo, provocaram rupturas mais ou menos graves do tecido social. Geralmente, esses eventos vem parcialmente em decorrência da perda do dinamismo econômico, supostamente associado ou não à escolha social ou governamental por um paradigma de política econômica, este, por sua vez mais ou menos atrelado a uma convicção de mundo ou sociedade, via de regra, não unânime entre a população.

Na opinião de Filgueiras (2012), a adoção desses diversos campos teóricos como força idealizadora para políticas de governo, no Período Republicano, promoveu implicações diferenciadas no panorama do desenvolvimento das forças produtivas, na forma em que a riqueza e os rendimentos da sociedade foram distribuídos, nas configurações em que o Estado e a sociedade civil assumem mediante interações interclasse, política internacional e hegemonia de pensamento ideológico ao longo das últimas décadas.

Pode-se, portanto, dizer que regularmente na história brasileira, o fator econômico é muito importante para o comportamento dos agentes ou classes sociais. Fases de bonança, ou seja, crescimento, emprego e preços estáveis, mostrou-se com maior capacidade de acomodar diferenças. Por outro lado, períodos de crise, geralmente acometidas por altos índices de

desemprego, desaceleração acentuada, estagnação ou recessão com ou não crise de escalada de preços, tenderam a estreitar antagonismos latentes, comprometendo a qualidade do sistema democrático, tendo como exemplo emblemático o golpe de 1964.

Tais problemas, em amplitude mais ou menos acentuada, continuaram a desafiar a resistência das instituições democráticas no país durante as últimas décadas. Durante os governos FHC (1995-2002), Lula (2002-2010) e Dilma (2011-2014), principalmente no primeiro e último, um compêndio de dificuldades econômicas e sociais se estabeleceram perante uma série de crises suportadas durante os anos subjacentes a ambos. No primeiro caso, a luta pela estabilização da moeda, junto a um cenário internacional difícil, impôs uma série de empecilhos para o bom andamento da economia e ao combate à pobreza e desigualdade, como também a perda do dinamismo industrial do país. Já no último, a reversão da boa tendência dos preços das commodities, a elevação da dívida pública com depressão econômica, o esgotamento das políticas impulsionadoras do consumo interno e o aprofundamento da desindustrialização, corroboraram para o declive do desempenho do governo durante os anos.

Em especial, durante os anos 1990, em referência ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, nos anos 2010, ao governo Dilma Rousseff (2011- 2014), observa-se conduções de políticas macroeconômicas substancialmente distintas. Para o primeiro, a aplicação do ideário liberal se estendeu ao longo dos seus dois mandatos, caracterizados, no âmbito nacional, pela adoção de política fiscal e monetária conservadora, abertura comercial e financeirização econômica. Por sua vez, segundo Carvalho (2018), o governo Dilma, se caracterizou no mesmo âmbito pelo afastamento dos preceitos de “boa governança” liberal, introduzindo políticas consideradas, unanimemente desenvolvimentistas, destacando-se pela adoção de expansionismo monetário e fiscal, aliados à interferência do governo no estabelecimento de preços, rede de subsídios a setores específicos e elevação do salário mínimo consideravelmente acima do avanço da produtividade. Tal política, associada ao Social-Desenvolvimentismo desenvolvido pelos economistas da Unicamp, como já mencionado, agregou um amplo espectro de políticas industrializantes com estímulo ao consumo através da expansão do crédito, das obras públicas e da transferência de renda, do qual, de acordo com o pensamento da doutrina.

Portanto, em poucas palavras, pode-se dizer que o governo FHC adotou um panorama de políticas neoliberais, com influência das doutrinas neoclássicas de macro e microeconomia. Teorias e hipóteses como as já mencionadas, tais quais a hipótese dos agentes racionais, a

existência de uma taxa de desemprego mínima não aceleracionista, a crença na dinâmica e eficiência dos mercados, do controle fiscal rígido das contas públicas, da não monetização de déficits, da baixa eficiência da política fiscal expansionista, do não planejamento centralizado, metas de inflação, regra monetária e abertura comercial deram a tônica das políticas econômicas do governo.

Já o governo Dilma seguiu oscilando entre os ensinamentos das doutrinas neodesenvolvimentistas como o social-desenvolvimentismo da Unicamp e o desenvolvimentismo exportador dos economistas de linha neokaldoriana, optando pelo relaxamento das metas fiscais e de inflação, favorável a expansão monetária, aumento de subsídios à indústria e depreciação cambial. Desse modo, apresentou-se a negação das políticas de cunho ortodoxo.

O paradigma neoliberal/ortodoxo tornou-se hegemônico, durante o governo FHC (1995-2002), notabilizando-se pela aplicação dos preceitos da teoria neoclássica, em particular, da noção avessa aos gastos como motor de crescimento e à diligência e ao planejamento estatal, os responsabilizando pela crise causadora do surto inflacionário da década de 1970 e 1980. Surge, daí, uma retórica pró-liberalizante, conjugando elementos básicos como a defesa das privatizações de estatais, redução dos gastos discricionários, aumento da carga tributária e taxas de juros excepcionalmente elevadas para contornar processos inflacionários, sejam eles residuais após à aplicação da reforma monetária, seja eles resultados de pressões salariais ou de eventuais ataques especulativos decorrente da dinâmica financeira na década de 1990.

Tal composição ideológica havia se formado antes, logo no início dos anos 1990, com o governo Collor (1990-1992), porém se aprofundou no governo referido por causa do sucesso imediato da solução inflacionária com o Plano Real, dando legitimidade política ao então sociólogo Fernando Henrique Cardoso em se dispor como um novo agente do denominado Consenso de Washington no Brasil.

Segundo Filgueiras (2000), o país entrara de vez no denominado “Modelo Liberal-Periférico”, marcado pelo neoliberalismo econômico em amplos aspectos, tanto no comércio exterior, quando na política monetária e fiscal, com especial destaque no que concerne ao Investimento Direto Externo e Investimento em Carteira na conta Capital Financeira do Balanço de Pagamento, mobilizando grandes recursos financeiros dos países centrais, que por sua vez eram remunerados ora com a aquisição de grandes estatais ou, no segundo caso, com elevadas taxas de juros. Para o autor, a partir disso, o país virou uma grande plataforma de acumulação de capital aos devedores dos países ricos,

lhe impondo uma condição de transferidor de Mais-Valor produzido internamente para a centralidade do sistema.

4.1 GOVERNO FHC: NEOLIBERALISMO ECONÔMICO

No que se refere ao contexto histórico. Os aspectos econômicos do governo FHC (1995-2002) floresceram das intensas mudanças ocorridas no panorama político-ideológico em escala mundial. Na década de 1990, em resultado das mudanças ocorridas no panorama financeiro mundial após uma fase de baixa liquidez dos anos 1980, caracterizada por baixo fluxo de capital e elevadíssimo grau de endividamento dos países emergentes aos bancos dos países centrais, acompanhado de monetização da dívida e explosões inflacionárias nesses mesmos países, a condição macroeconômica não era favorável.

Ainda para Filgueiras (2000), no final da década de 1980, mediante o Plano Badley, os estados-nações dependentes obtiveram melhores condições de honrar suas dívidas pela flexibilização das negociações proporcionadas por esse plano. Arelado fortemente ao chamado Consenso de Washington, o plano propôs contrapartidas aos países beneficiários dos quais deveriam implementar medidas favoráveis ao equilíbrio de suas respectivas contas públicas, essas medidas tiveram como núcleo duro a redução dos gastos estatais, a revisão do funcionamento da máquina pública, as privatizações, abertura comercial e a revisão de políticas de subsídios dos governos.

Todas essas medidas entravam em coerência com o arcabouço teórico ortodoxo, enfatizando, sobretudo o conceito de estabilidade macroeconômica, ou seja, contas públicas em equilíbrio e inflação baixa e estável, bem como a adoção de políticas que supostamente possibilitem o aumento da eficiência e da dinâmica microeconômica.

O Brasil, bem como a maioria dos países latino-americanos, em destaque, a Argentina, o Peru e o México após apresentarem uma série de obstáculos a nível macroeconômico na década de 1980, adentraram, na década de 1990, em programas de estabilização com maior ou menor influência liberal. Numa década de excessiva liquidez dos mercados, os planos de estabilização, apesar de na maioria das vezes apresentarem baixa eficiência na estabilização macroeconômica, conseguiram obter êxitos importantes, principalmente no que diz respeito ao controle inflacionário.

De acordo com Giambiagi (2011), o caso brasileiro foi um bom exemplo disso, passando pelo fracasso de um total de 15 tentativas de estabilização do nível de preços, dos quais remontam

de 1985 a 1992, através de políticas que oscilavam entre o gradualismo e o choque, sendo alguns programas de natureza ortodoxa e outros de natureza heterodoxa ou uma combinação de ambas tradições, enfim obtivera sucesso contra o crônico surto inflacionário.

Após a má resolução desses programas, o Plano Real desempenhara uma função definitiva no controle da inflação, aplicando de modo adaptado o receituário denominado “Larida”, alcunhada a um conjunto de ideias promovidas pelos economistas Lara Rezende e Pêrsio Arida, cuja principal inspiração foi o olhar interpretativo dos autores sobre os processos de estabilização referente a moeda alemã após a hiperinflação de 1923. Tal aparato, originou-se da ideia de que em hiperinflações as economias tendiam à incorporação da moeda de maior conversibilidade no mundo (no contexto da década de 1990, o dólar) e também à passagem pelo processo de “diarização” inflacionária, ou seja, o ritmo inflacionário experimentaria tal aceleração que os indexadores seriam incapazes de lidar com tal expansão, preparando terreno para a convergência dos preços relativos. Para os economistas citados, criava-se então condições favoráveis à estabilidade monetária.

Segundo esses autores, mediante uma reforma monetária da qual permitiria uma convivência entre a moeda antiga e uma nova, a moeda antiga conforme desvaloriza-se, iria ser desfeita pelos agentes em prol da nova moeda, essa livre da inflação, até que, no limite, a moeda nova fosse a única a circular no país.

Segundo Giambiagi (2011), o programa se deu primeiramente para criar as condições de diarização e dolarização mediante a aplicação da Unidade Real de Valor (URV), ou seja, radicalizar a indexação da economia através de um único indexador, corroborando para o alinhamento dos preços relativos e, por fim, possibilitando uma reforma monetária com menor resíduo da era inflacionária.

A diferença para a proposta original se deu principalmente à negação de convivência de duas unidades monetárias, pois a equipe econômica à época receava a contaminação inflacionária da moeda antiga pra nova.

Após a implementação da reforma monetária, quando a URV ganha valor de troca se tornando o real, o recém eleito governo Fernando Henrique Cardoso adotara uma série de políticas de modo a controlar os resíduos inflacionários ainda existentes da pré-estabilização.

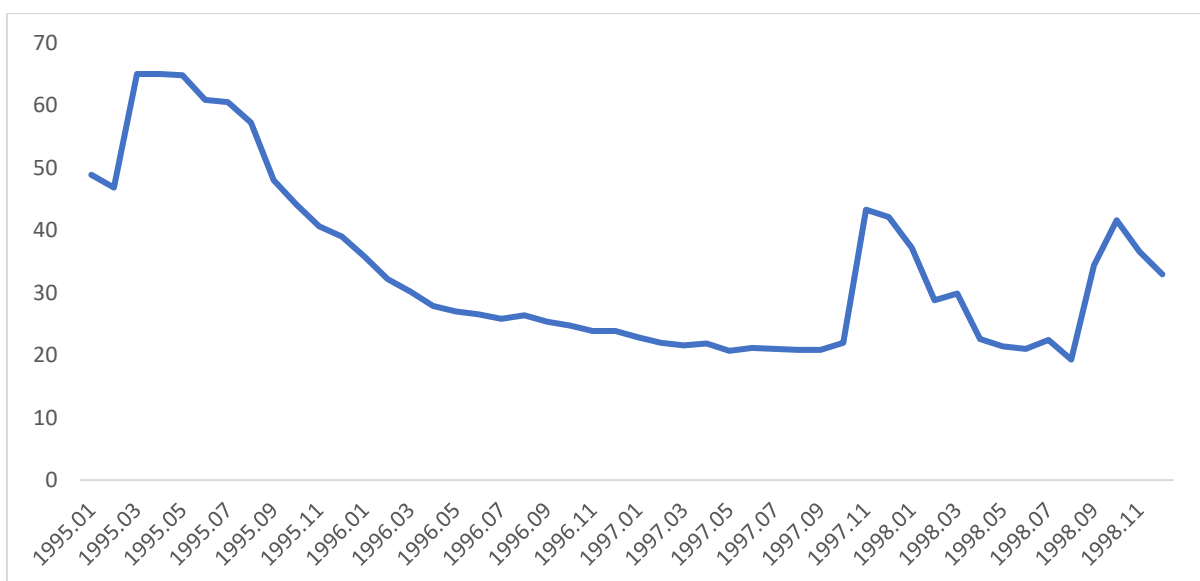
A política de âncora cambial foi escolhida naquele momento, através dela o governo denotou um regime de câmbio flutuante circunscrito por uma banda cambial onde o real poderia

inicialmente oscilar de um valor entre 0,83 e 1 dólar. Tal aparato, aliado à abertura comercial empreendida, corroborou na desaceleração de preços, porém tinha um alto custo relacionado a taxas de juros elevadas e perda de reservas quando os humores do sistema financeiro se desequilibravam perante crise nos emergentes. Estes temores, atrelados ainda ao elevado nível de indexação da economia brasileira foram causas essenciais ao tardar de mudança para um de um regime de câmbio plenamente flutuante.

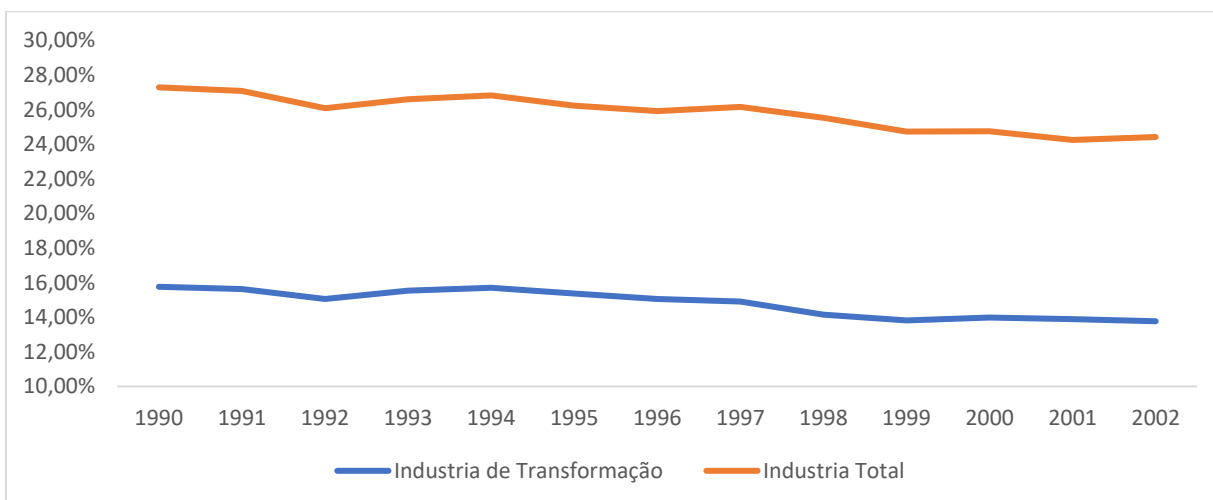
Tal período, ainda no primeiro mandato do presidente, evocou perdas consideráveis de reservas internacionais perante as turbulências no que diz respeito às crises do México (1995), Ásia (1997) e Rússia (1998). Desse modo, a situação já fragilizada do país em relação às finanças públicas e as reservas internacionais não deixou outra alternativa senão liberar o câmbio.

Cabe destacar que nesse primeiro mandato e posteriormente no segundo mandato, a indústria de transformação passou por declínio. Taxas de juros proibitivas mais câmbio fortemente apreciado por boa parte do período, inibiram parcialmente a capacidade competitiva das firmas exportadoras, reduzindo seu alcance em nível de emprego e diminuindo consideravelmente a formação de valor agregado ante ao que era verificado anteriormente ao Plano Real. Esse panorama acabou resultando na queda da participação da indústria de transformação no PIB relativo ao que era verificado anteriormente ao plano real com suave rebaixamento ano a ano da sua importância, configurando caráter tendencial de queda.

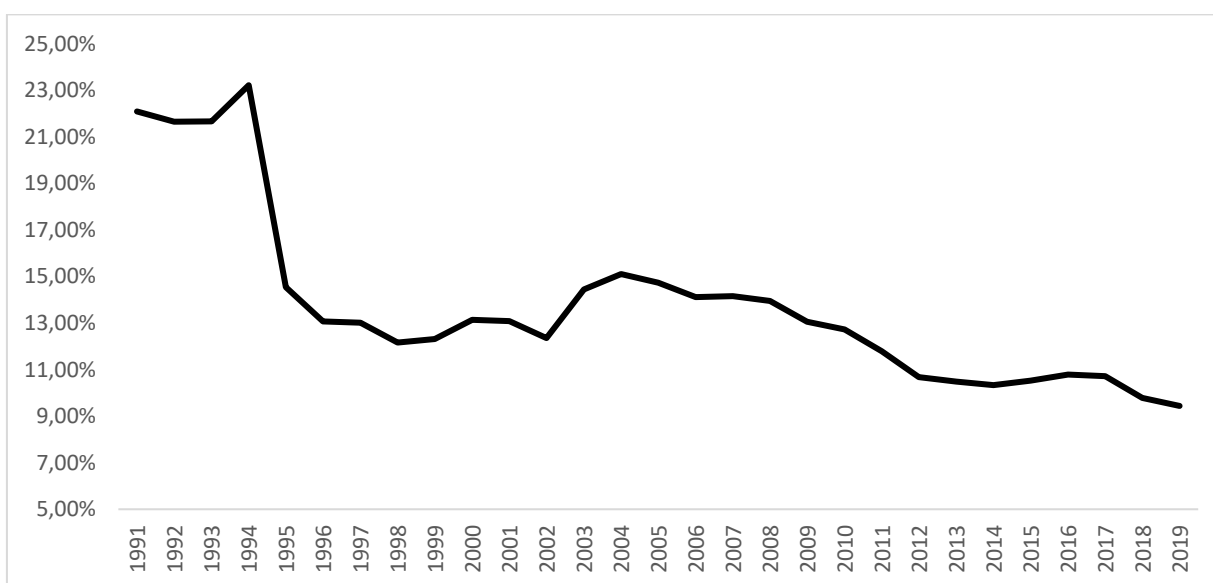
Figura 1- Taxa nominal de juros de curto prazo (1995-1998)



Fonte: IPEADATA (2020) com base em dados do BACEN (2020)

Figura 2- Participação da Indústria Geral e de transformação no PIB (1990-2002)

Fonte: Elaboração própria (2020) com base nos dados obtidos do IBGE (2020) através do IPEADATA (2020)

Figura 3 - Valor Adicionado na Indústria de Transformação (1991-2019)

Fonte: Banco Mundial (2020)

Na Figura 1, temos que, durante o início da década de 90 até 2002, último ano do governo FHC, o papel da indústria geral e principalmente da indústria de transformação, vem perdendo suavemente sua importância perante o produto total. No ano de 1994, a participação, respectivamente da indústria geral e da indústria de transformação eram de 26,80 % e 15,70%, já em 2002, os valores foram de 24,40% e 13,77%.

Já, na Figura 2, observamos uma queda bem acentuada no valor adicionado relativo gerado pela indústria de transformação a partir do Plano Real, apresentando pequeno declínio em

FHC I, diminuto acréscimo em FHC II mais modesta elevação em Lula I e queda acentuada em Lula II, Dilma I e II e Temer. Revelando evidência de forte desindustrialização.

Nesse quesito, os resultados apresentam variações muito mais acentuadas ano a ano. Antes do governo FHC, em 1994, o valor adicionado da indústria de transformação representava 22,32% do valor adicionado global, contudo, ao final do seu segundo mandato, esse percentil caiu consideravelmente para 12,36%. A tendência de queda continua nos governos posteriores, de tal modo que em 2019, apenas 9,44% do valor adicionado pertence à indústria de transformação.

Enquanto isso, a variação do PIB per capita propriamente dito apresentou uma trajetória oscilante e pouco promissora, atingindo uma média de 1,19% de crescimento ao ano no primeiro mandato de FHC.

No caso da taxa de investimento, o período foi marcado por um declive significativo. A série começa com resultado de 20,50% para 1995, chegando a 18,50% para 1998. Na média, o período obteve uma taxa de 18,85%.

Tabela 1- Evolução do PIB per capita (1995-1999)

Ano	PIB per capita
1995	2,75%
1996	0,60%
1997	1,79%
1998	-1,18%
Média	1,19%

Fonte: Banco Mundial (2020)

Tabela 2- Taxa de investimento/PIB (1995-1998)

Ano	Taxa de investimento
1995	20,50%
1996	18,60%
1997	19,10%
1998	18,50%
Média	18,85%

Fonte: IBGE SIDRA (2016)

Além desses resultados, vale notar a evolução das contas nacionais relativas ao setor externo, uma vez que, no contexto de câmbio flutuante limitado por bandas, o desempenho de tal setor foi sensivelmente influenciado pela política cambial. Tal situação condicionou à economia nacional resultados deficitários no setor externo como um todo, em razão da elevada

valorização do câmbio durante o período, revelando forte dependência com o setor externo, tanto no que concerne à entrada de fluxo de bens, ou seja, a balança comercial, quanto no que tange à conta de serviços. Nesse interim, o resultado para a balança comercial, começara de um déficit de 4,57 bilhões de reais em 1995, ampliando para 7,98 bilhões em 1998. O saldo em transações correntes, por sua vez, registrou a evolução de um déficit de 18,71 bilhões para 33,89 bilhões de dólares em 1999.

Tabela 3- Evolução do saldo da balança comercial em milhões de dólares (1995-1998)

Ano	Saldo da balança comercial em milhões de reais
1995	-4570
1996	-6.634
1997	-7979
1998	-7735
Média	-7184,5

Fonte: Elaboração própria (2020) com base em dados do Banco Central do Brasil (2020) obtidos via IPEADATA (2020)

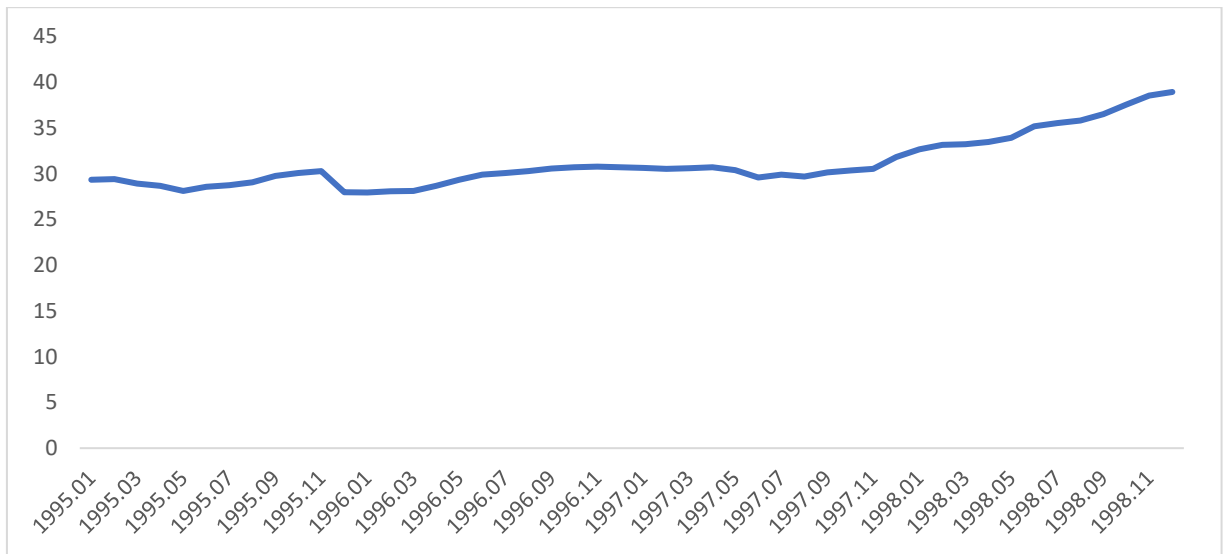
Tabela 4- Saldo em transações correntes em milhões de dólares (1995-1998)

Ano	TC (Milhões de reais)
1995	-18.711
1996	-23.843
1997	-30849
1998	-33.890
Média	-27.346

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do Banco Central do Brasil (2020) e dados obtidos via IPEADATA (2020)

Essa situação frente à conta de transações correntes, ao exigir a adoção de taxa de juros elevadas para a entrada de capitais na conta capital-financeira, corroborou para a elevação da dívida pública, através de resultados nominais não satisfatórios, implicando em aumento, tanto da dívida externa, quanto da dívida total.

A dívida externa bruta nesse período obteve claro crescimento entre os anos do primeiro governo, passando de 20,70% em proporção do PIB em 1995 para 28,6% em 1998.

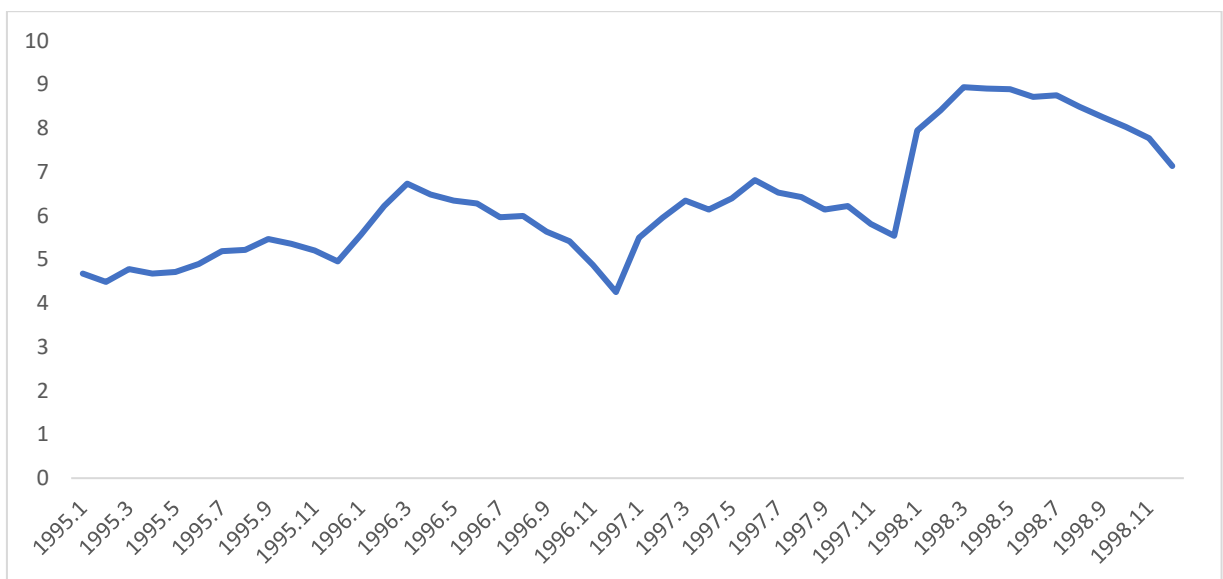
Figura 4- Dívida líquida do setor público (1999-2002)

Fonte: IPEADATA (2019) com base em dados do BACEN (2019)

Tabela 5- Dívida externa bruta em relação ao PIB (1995-1998)

Ano	Dívida Externa Bruta/ PIB
1995	20,7%
1996	21,4%
1997	23,0%
1998	28,6%
Média	22,2%

Fonte: Banco Central do Brasil (2020)

Figura 5- Taxa de desemprego (1995-1998)

Fonte: IBGE (2002)

A partir de 1999, já no segundo mandato, o país adotara o câmbio flutuante, este permitindo acomodar a taxa de câmbio às condições macroeconômicas internacionais. Nesse período, do segundo mandato, o governo FHC trocou a antiga âncora cambial para a âncora monetária. Daí em diante o câmbio, supostamente, veio a perder importância no que diz respeito ao controle dos preços, assumindo a taxa de juros importância primordial nesse quesito. Segundo Giambiagi (2010), a partir de amplos empréstimos tomado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para reservas, bem como o estado de estagnação da economia no referido ano e taxa de juros a nível excepcionalmente alto, chegando a 45% a.a., o patamar das variáveis macroeconômicas em estado de pouca excitação corroborou para que a inflação continuasse na faixa de um dígito, ou seja, 8,9% no ano em questão.

Já no ano 2000, aparentemente, o país ensaiava adentrar numa trajetória menos problemática no setor externo, com crescimento razoável do PIB per capita (2,91%) e inflação moderada (5,83%). Contudo as crises do apagão (2001), da Argentina (2002) e os temores evocados pela possibilidade de vitória de um programa excepcionalmente heterodoxo encabeça pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (2002), causou ruídos de modo a rebaixar a taxa de crescimento e elevar a inflação nesses anos. Nesses anos, a taxa de crescimento foi consideravelmente mais baixa que no primeiro mandato e com nível de inflação média próximo ao período anterior e oscilações cambiais muito mais severas.

Após o ano 2000, como já citado, em virtude das crises enfrentadas durante os dois anos subsequente do governo, o PIB per capita apresentou modesto aumento, imprimindo ao período do segundo mandato como um todo uma média de crescimento inferior à 0,90% ao ano.

Tabela 6- Evolução do PIB per capita (1999-2002)

Ano	PIB per capita
1999	-1,01%
2000	2,91%
2001	0,01%
2002	1,71%
Média	0,86%

Fonte: Banco Mundial (2020)

A inflação medida pelo IPCA, por sua vez, ultrapassou a média de 8,01% para o período.

Tabela 7- Taxa de inflação medida pelo IPCA (1999-2002)

Ano	IPCA
1999	8,60%
2000	5,83%
2001	7,42%
2002	11,9%
Média	8,01%

Fonte: Banco Central (2020)

Já no que concerne ao setor externo, houve melhora substancial no que compete ao saldo em balança comercial e transações correntes para o período. O resultado em saldo da balança comercial saltara de um déficit de 2,12 bilhões de dólares para um superávit de 12,05 bilhões em 2002, compreendendo o resultado referente ao ajustamento do câmbio a partir da sua flutuação desde 1999.

Tabela 8- Saldo da balança comercial (1999-2002)

Ano	Saldo de balança comercial (em milhões de dólares)
1999	-2116
2000	-1622
2001	1535
2002	12.049

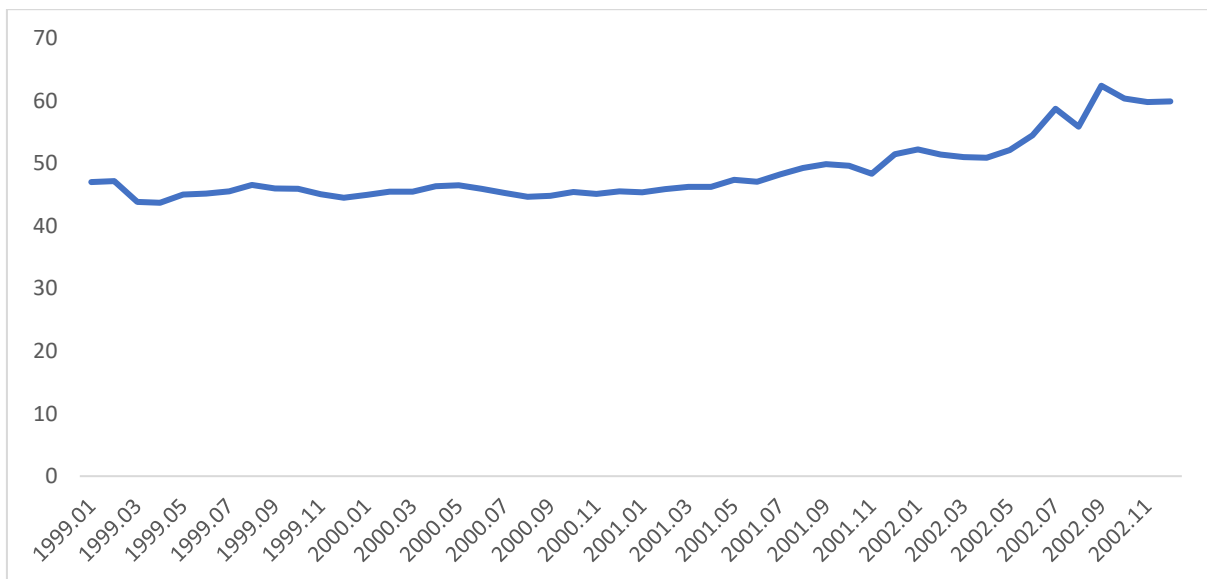
Fonte: Banco Central (2020)

Tabela 9- Saldo em transações correntes (1999-2002)

Ano	Saldo em transações correntes (em milhões de dólares)
1999	-25.870
2000	-24.792
2001	-23.722
2002	-8.095

Fonte: Banco Central (2020)

A dívida pública no período no entanto continuou a se elevar em proporção ao PIB, em destaque a dívida bruta externa, que saltou dos 28,6% em 1998 para 41,2% em 1999. Durante o período do segundo mandato a dívida oscilou em torno da média de 39,55%, findando o período com resultado de 41,80% para 2002.

Figura 6- Dívida Líquida do setor público (1999-2002)

Fonte: IPEADATA (2020), com base em dados do BACEN (2020)

Tabela 10- Dívida externa bruta (1999-2002)

Ano	Dívida Externa Bruta
1999	41,20%
2000	36,60%
2001	37,90%
2002	41,80%
Média	39,55%

Fonte: BACEN (2020)

Enquanto ao nível de investimento por produto, o resultado foi ligeiramente inferior ao apresentado no primeiro mandato, iniciando a série com 17,00% em 1999, chegando a 18,00% em 2002, com média de 18,15% para o período.

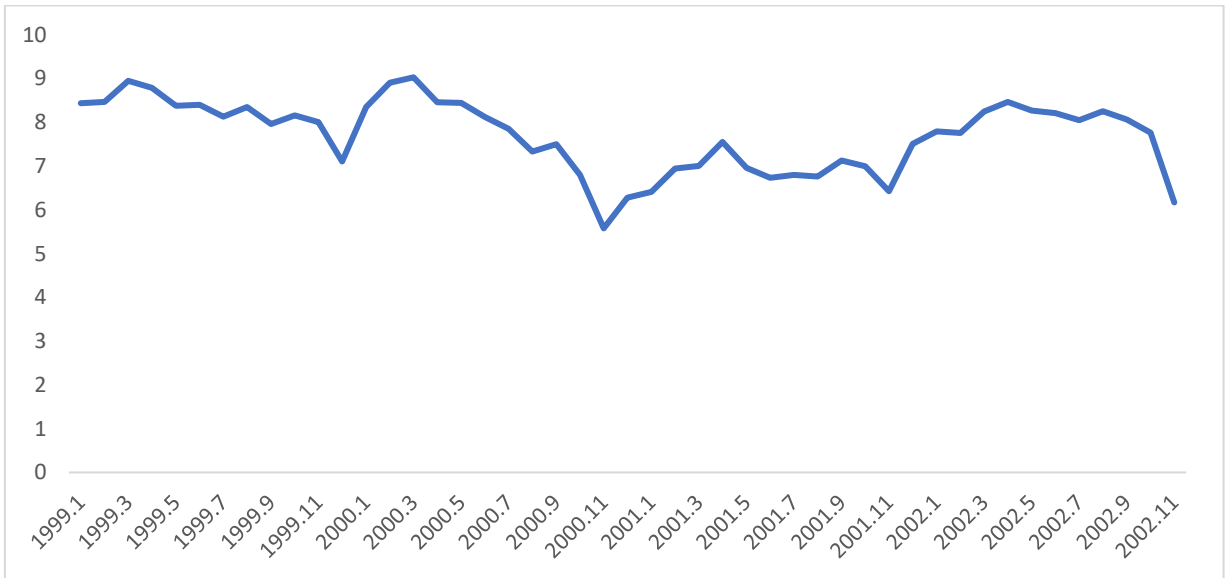
Tabela 11- Taxa de investimento por PIB (1999-2002)

Ano	Taxa de investimento
1999	17,00%
2000	18,30%
2001	18,40%
2002	18,00%
Média	18,15%

Fonte: IBGE SIDRA (2016)

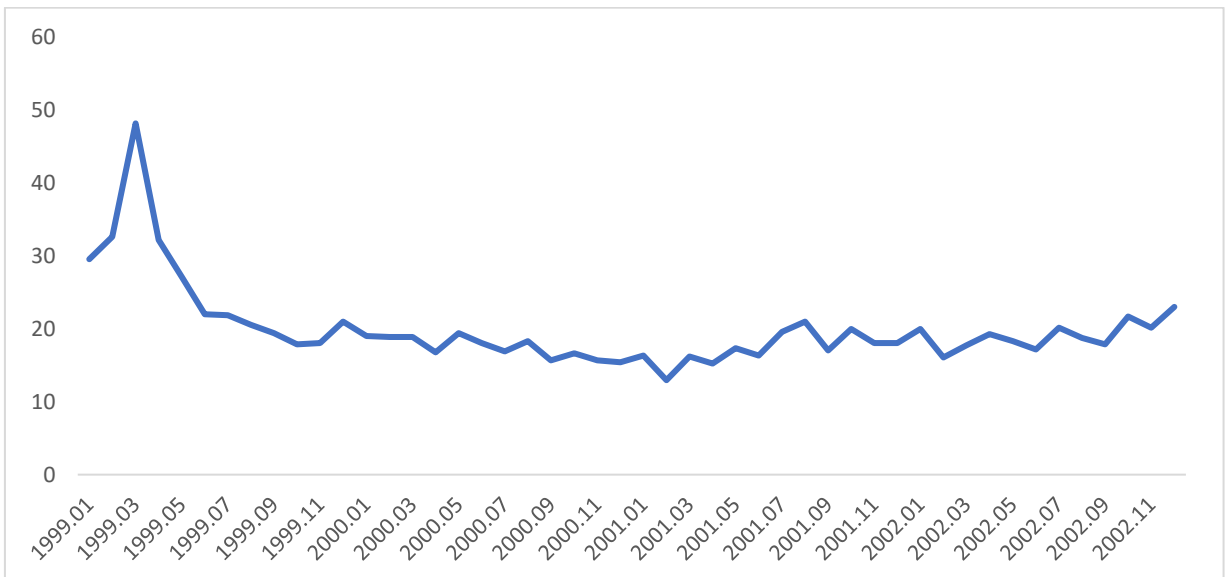
No que tange ao desemprego, o nível continuo elevado, dado a herança do primeiro governo e as turbulências no segundo e supostamente da manutenção de elevadas taxas de juros, ainda que menores que as do primeiro mandato.

Figura 7- Taxa de desemprego (1999-2002)



Fonte: IBGE (2002)

Figura 8- Taxa de juros de curto prazo (1999-2002)



Fonte: BACEN (2020)

Pode-se destacar que o governo aqui analisado aderiu de modo amplo à perspectiva teórica apresentada no terceiro capítulo, ou seja, da economia neoclássica. Num primeiro momento, ainda no mandato inicial, o governo deu prosseguimento ao abandono de grandes planos de

desenvolvimento do qual tem-se origem ainda na década de 1980, passando pelos governos Figueiredo (1979-1985), Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992) e Itamar (1993-1994). Dessa vez, para além dos seus antecessores, segundo Giambiagi (2010), a estabilização da moeda abriu espaço para a redução drástica do volume de empresas estatais das quais serviam de alicerce durante boa parte do período desenvolvimentista clássico às políticas setoriais ou de amplo apoio planejamento econômico tal como se estabeleceu nas décadas de 1950 e 1970, inibindo muito o alcance do planejamento estatal sobre a atividade econômica como controle de preços, investimentos estratégicos com elevado grau de incerteza e sem ganho imediato, emprego de mão de obra excedente, produção de bens de consumo e capital com forte conteúdo nacional e, para além disso, restringindo muito o sistema de financiamento tanto fiscal como monetário do governo com a privatização dos bancos estaduais.

Desse modo, encolhia-se não apenas a capacidade do Estado em propor políticas de desenvolvimento de longo prazo, mas também as possibilidades de se auferir políticas anticíclicas em meio às possíveis crises de demanda.

A título de exemplificação, o governo operou na privatização de empresas de grande porte como a Vale do Rio Doce e os bancos estaduais após o PROER, dando continuidade também à política comercial iniciada no governo Collor, não interferindo na abertura em curso, supostamente conduzindo, como mencionado anteriormente, à queda da capacidade das empresas industriais na produção de valor agregado comparativamente aos outros setores, dando uma guinada à regressão produtiva na estrutura econômica.

Tais políticas devem sua teorização à macroeconomia e microeconomia neoclássica. No caso das privatizações, a redução do investimento estatal nessas empresas, bem como o bônus auferido com suas vendas, supostamente implicaria em queda das necessidades de investimento e subsídio do Estado, tendo como efeitos: 1 – menor pressão do gasto público, por redução de gastos e elevação de receitas sobre o orçamento, inibindo pressões inflacionárias, conforme a Teoria das Expectativas Racionais. 2 – A menor interação entre os sindicatos e o governo, inibindo a ação do corporativismo, caro à Teoria Neo-Institucionalista. 3 – Redução da corrupção, pelo afastamento do controle do estado sobre a produção, diminuindo as oportunidades de setores auto-interessados do governo e estado conduzir políticas que beneficiem a si próprios. 4 – Inibição de políticas oportunistas do governo em que pese a elevação de gastos em momentos oportunos como proximidade de eleições e promoção do elemento surpresa desancoradas às expectativas dos agentes, tal como pregado

pelos teóricos Kydland e Prescott, no quesito referente à “inconsistência intertemporal.” 5 – Uso mais eficiente dos fatores de produção, inibindo a prática de emprego acima do necessário para conduzir as atividades.

Para além disso, o tripé macroeconômico, ou seja, o regime que contempla como alicerce metas de inflação, câmbio flutuante e “responsabilidade fiscal”, adotado no segundo mandato, tem fortes influências dos autores ligados às expectativas racionais. Como já mencionado, a adoção de uma postura discricionária do governo implicaria em distorções econômicas, pelo oportunismo dado em circunstâncias especiais, como a aproximação de eleições ou em outra situação em que o governo propusesse expansões para aumento de popularidade.

De tal modo, foi adotada as metas de inflação no segundo mandato. Dotada de um centro a ser perseguido, a meta deveria ser alvo de aproximação pelas autoridades monetárias a critério de alguma Regra de Taylor com auxílio de bandas, dando margem de tolerância e intervalo de manobra ao governo em caso de choques inesperados de oferta. Por sua vez, esse aparato era conduzido cada vez mais a uma perspectiva de metas mais baixas, de modo a consolidar uma inflação mais diminuta possível.

Já em relação à “responsabilidade fiscal”, primeiramente, o governo resolveu estabelecer metas de superávit primário, de modo a conformar entre os agentes econômicos um compromisso crível de que a dívida pública seria paulatinamente reduzida a um patamar considerado seguro, contribuindo supostamente para a redução do prêmio de risco associado a moeda, de modo a corroborar para quedas na despesa financeira futura com taxa de juros também cada vez menores. Nesse tomo, deu-se sequência também a uma mudança institucional, destacada pela criação da Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000, impondo amarras ao orçamento público, tais como limite percentual do gasto com pessoal, proibição das unidades federativas (estados) em se financiar com títulos e negação do governo financiar gastos correntes com empréstimos. Desse modo, deixando um legado relacionado às restrições dos gastos públicos e avanço de uma agenda caracterizada pelo avanço do mercado como entidade participante da economia, em detrimento do Estado interventor, fortalecendo ainda mais a sintonia com a teoria dos agentes racionais e hipótese da renda permanente.

A flutuação plena do câmbio, como já mencionado, foi considerada um modo do Estado assegurar à política monetária a importância de âncora nominal, puxando a responsabilidade do controle da inflação a si. Diversamente ao sistema anterior, o nível do câmbio convergiria de acordo com as condições de oferta e demanda de divisas em sintonia com o estado de

coisas predominante no comércio e finanças internacionais. Desse modo, o país estaria menos sujeito à graves problemas na Balança de Pagamentos, em especial os déficits em transação corrente, a correspondente necessidade de entrada elevada de capital estrangeiro, às vezes com taxa de juros proibitivas, e a perda de reservas. Com o câmbio oscilando livremente, em tese, a condição externa do país tem melhores condições de apresentar melhores indicadores do que o outro regime cambial, tal situação pôde ser verificada no segundo governo FHC, evidenciando relativo sucesso na transição.

Tais políticas acabaram por inibir mais ainda o poder de alcance do Estado em promover políticas fiscais e monetárias com o objetivo de se elevar o PIB e o nível de emprego, se distanciando tanto do aparato keynesiano destacado no pós-guerra, quanto do paradigma desenvolvimentista praticado no país durante a maior parte do período de 1930-1980, se aproximando definitivamente da prática macroeconômica ortodoxa, de caráter eminentemente liberal e avessa à inserção maior do Estado na economia.

Além disso, de acordo com Oreiro (2016) e Bresser e outros (2015), as políticas advindas do tripé macroeconômico rígido, ao se basear fortemente em modelos neoclássicos de macroeconomia, não relegava às políticas do estado no lado da demanda capacidade de promover o aumento da produção no longo prazo, do qual, para aqueles que acreditam em suas hipóteses, só teria capacidade de influenciar o produto no curto prazo. As únicas políticas que para os autores dessa corrente tem efeito permanente e de longo prazo são aquelas vinculadas à fatores institucionais como as reformas microeconômicas no governo Lula I.

Desse modo, podemos dizer que, para os autores críticos da economia neoclássica, os governos que se baseiam nas suas premissas técnicas tendem a apresentar um caminho de crescimento econômico mais tênue, aliado a uma reorientação regressiva da pauta produtiva mediante inserção internacional desvantajosa, de modo a se distanciar do centro dinâmico em termos de pesquisa, tecnologia e produção.

Segundo Oreiro (2016) e Filgueiras (2012), supostamente a mudança do denominado tripé rígido para o tripé flexibilizado no governo Lula, ao conceber a influência da política macroeconômica no longo prazo, conseguiu galgar melhores desempenhos em termos de produto. Ou seja, a trajetória do segundo governo Lula, de elevado crescimento e baixa inflação se tornou possível pelo relaxamento de parcela da ortodoxia do primeiro governo e adentramento em uma política de cunha mais próximo ao Keynesianismo no segundo.

Tabela 12 - Variação percentual do PIB per capita (1999-2005)

Ano	Variação percentual do PIB Per Capita
1999	-1,01
2000	2,91
2001	0,01
2002	1,71
2003	-0,12
2004	4,50
2005	2,03
Média	1,71

Fonte: Elaboração própria (2020) com base nos dados do Banco Mundial (2020)

Tabela 13- Variação percentual do PIB per capita (2006-2013)

Ano	Variação percentual do PIB per capita
2006	2,83
2007	4,97
2008	4,05
2009	1,08
2010	6,52
2011	3,03
2012	1,01
2013	2,11
Média	2,93

Fonte: Elaboração própria (2020), com base nos dados do Banco Mundial (2020)

Para a Tabela 6, foi dado a relação do resultado referente ao PIB per capita dos anos referentes ao tripé macroeconômico rígido. Na Tabela 7, o PIB per capita nos anos de vigência do tripé flexibilizado. Nota-se, pela média de cada período, uma diferença razoável de desempenho no crescimento econômico do país favorável ao segundo período, denotando uma evidência favorável à segunda estratégia de crescimento.

Além disso, o panorama de inserção financeira também é criticado por economistas de linha heterodoxa, em especial os Pós-Keynesianos que trabalham entorno do conceito de *Finance-Led*.

Para Caffé e Bruno (2017), o Brasil vem, desde a década de 1990, se atrelando a um largo processo de financeirização da economia, esse processo vem implicando numa elevação da preferência pela liquidez dos agentes e possibilitando elevados rendimentos mesmo no contexto de baixa formação bruta de capital fixo, esse fenômeno introduz uma série de vulnerabilidades para o crescimento, o desenvolvimento e para estabilidade macroeconômica.

Para esses autores, após a inclusão do Brasil no que se denomina de nova globalização financeira, o país apresentara um novo regime de acumulação, da qual se origina no governo Collor (1990-1992) e se aprofunda no governo FHC (1995-2002), as políticas econômicas adotadas no governo FHC e também no governo Lula, denominada pelos autores como regime *finance-grown*, foram responsáveis por uma dinâmica macroeconômica estruturalmente instável e dependente do estado de bonança do mercado internacional para possibilitar crescimento econômico moderado, ao mesmo tempo que impõe uma série de empecilhos para a formulação de políticas ativas das quais orientam o sistema ao pleno emprego, ao desenvolvimento das forças produtivas ou à promoção de políticas sociais que beneficiem as camadas populacionais com nível de renda baixo, desse modo, engendrando e reforçando o domínio dos agentes do mercado financeiro sobre as finanças públicas e sobre o ativismo do governo.

Tal processo vem inibindo, de forma estrutural, a formação de capital fixo e seus efeitos virtuosos sobre o lado da demanda e da oferta numa economia, dificultando o crescimento econômico bem como o avanço da pauta produtiva, implicando em menor dinamismo econômico e também dificuldades adicionais em redução da desigualdade social ao formar indivíduos com grandes ganhos contribuindo pouco para a formação de riqueza nacional.

Correspondendo ao argumento de Cardim (2007) que a sofisticação dos instrumentos financeiros, apesar da eficiência que promove entorno da redução de custos em operações de mercado, tende em alguns casos em elevar a preferência pela liquidez de tal modo que, todo mais constante, a função primordial do sistema financeiro, ou seja, a transferência de fundos entre famílias e empresas superavitárias para famílias e empresas deficitárias seja comprometido, reduzindo então o nível de investimento produtivo no país.

4.2 GOVERNO DILMA: COMBINAÇÃO DE DESENVOLVIMENTISMOS

De modo geral, o decênio que sucedeu imediatamente ao ano de 2010, coincidindo com a emergência à cadeira presidencial por Dilma Rousseff, e cujo término em curso se dá com o governo Jair Messias Bolsonaro, apresenta-se, em termos de dinâmica econômica, como uma “nova década perdida”, caracterizada por redução do PIB per capita e sensível deterioração de algumas conquistas de bem-estar social das duas décadas imediatamente anteriores. A perda do dinamismo da economia Brasileira é um elemento comum a todo primeiro quinquênio da presente década. Segundo Bresser e outros (2014), o abrandar do nível de atividade já era observável no início do período através da acentuada desaceleração do PIB nos seus primeiros anos após o breve boom do pós-crise em 2010.

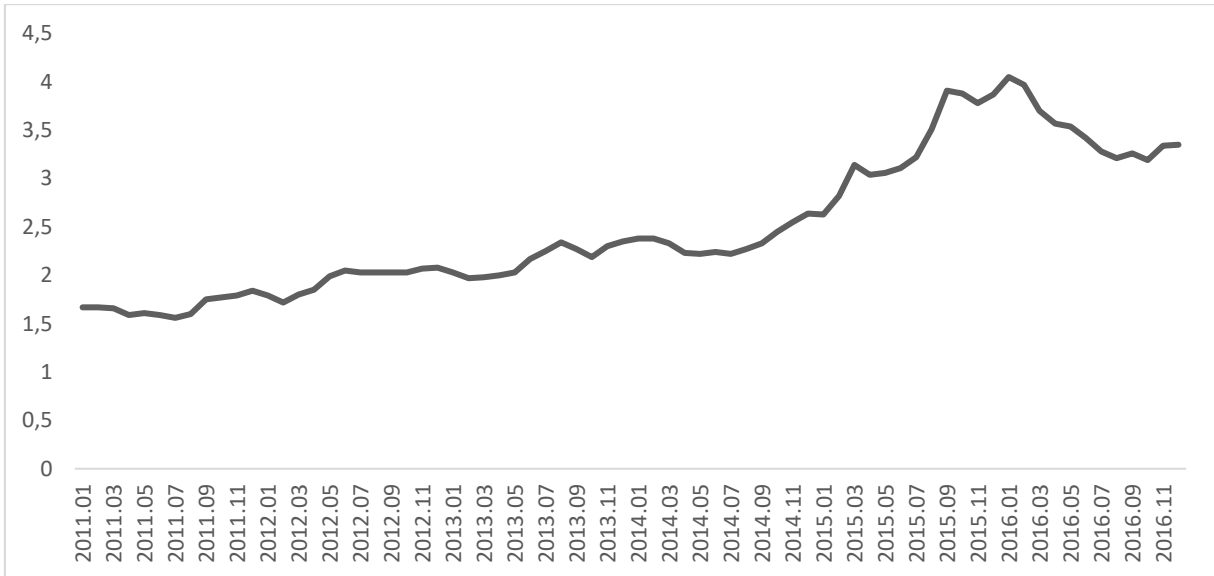
Este arrefecimento, ao seu turno, foi acompanhado por uma dinâmica de preços cujo viés inflacionário excedia as expectativas de ancoragem proposta pelos formuladores de política do Banco Central aos demais agentes. Esse panorama veio a contraposto ao virtuosismo exibido no decênio anterior, cuja característica no que concerne aos indicadores macroeconômicos era o razoável crescimento do PIB per capita, similar aos demais países da América Latina e nível de desemprego relativamente baixo com estabilidade e inflação medida pelo IPCA orbitando entorno do centro da meta.

Discutia-se dentro e fora da esfera governamental a possibilidade de preponderância do enfraquecimento da economia pelo lado da oferta, uma vez que os estímulos pelo lado da demanda já não aparentavam, pelo menos no contexto discutido, relevância para o crescimento econômico. Pelo contrário, causava pressões inflacionárias persistentes devido à incapacidade de reação dos produtores em decorrência de fatores ligados ao estrangulamento no lado da oferta. Neste período, em quase uníssono, era destacado que o custo Brasil, contemplado pela ineficiência e baixa produtividade da infraestrutura até então presente tornava qualquer estímulo de demanda, por si só, insuficiente para a continuidade do crescimento/desenvolvimento econômico. Deste modo, a partir de 2011 com o Plano Brasil Maior, em resposta positiva ao apelo da carta da FIEB, abriam portas para uma série de intervenções de caráter desenvolvimentista em diversos setores da infraestrutura, indústria e comércio no país, abrigando um amplo leque de políticas públicas destinadas à suavização das restrições à competitividade. De acordo com Singer (2018), em sintonia, o governo federal mobilizou um amplo espectro de incentivos ao setor produtivo, do qual se destacava a utilização de intervenções legais no setor de energia, crédito subsidiado à indústria e comércio

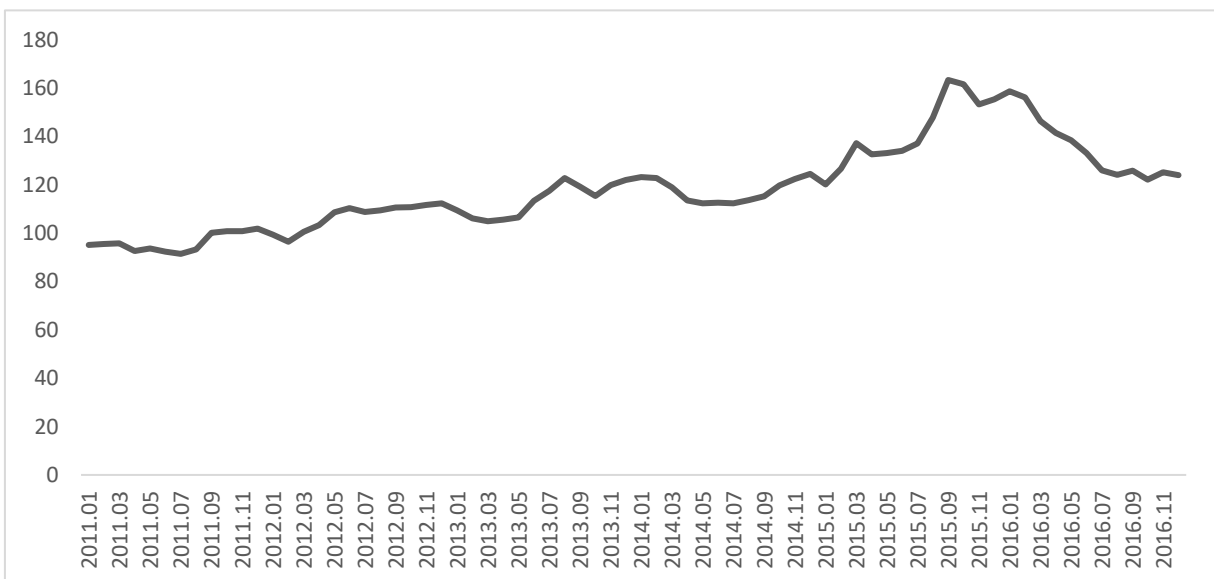
de larga escala, redução do spread bancário em coerência à política monetária relativamente frouxa, depreciação cambial, políticas de conteúdo nacional, flexibilização do superávit primário e inflação média superior ao centro da meta. Tal queda no desempenho econômico, aludida anteriormente, cuja introdução verificada já no biênio 2010-2011, se estendeu fatalmente para crise de 2015-2016, a despeito das políticas anteriormente elencadas, cujo cenário de crise econômica implicado consumava-se atrelado à deflagração da maior crise política das últimas décadas, culminando com o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Segundo Chamiço (2018), ao conjunto dessas medidas, formando um todo supostamente coerente, foi denominado de Nova Matriz Econômica. Para o autor, essas medidas vieram a reboque do sucesso capitaneado pela flexibilização do tripé macroeconômico mais rígido, potencializado através das políticas anticíclicas adotadas no final do governo Lula em resposta à crise internacional de 2008, cujo potencial de promoção ao crescimento se mostrou válido após o excelente desempenho da economia no que concerne à saída da crise em 2009 e o resultado do PIB em 2010, com crescimento econômico de 7,5%.

Tal regime começou a se instalar definitivamente como motivador de política macroeconômica a partir do segundo semestre de 2011, através do afrouxamento monetário em meados do meio do ano num contexto de inflação consideravelmente acima da meta estabelecida (sob um IPCA anual entorno do teto da meta de 6,50%, o governo começava o alívio monetário, reduzindo a taxa Selic de 12,5% para 12,0% chegando a 7,50% no início de 2013), e as frequentes intervenções a partir de 2012 no câmbio que se seguiram às pretensões do governo em estimular o setor industrial exportador, a pedido dos sindicatos patronais como a FIESP. Tal política, segundo Singer (2018), se deu mediante a recorrência do governo ao controle cambial através da tributação do IOF, de modo a dificultar a entrada de fluxo de divisas no país, corroborando a favor da sustentação de uma taxa de câmbio mais competitiva que ultrapassava o valor de R\$2,00 em junho de 2013 pela primeira vez depois do período de crise em 2008-2009. Desse modo, esperava-se que as empresas nacionais ganhassem competitividade no mercado internacional, criando mais emprego e infraestrutura, provocando avanço sob a estrutura produtiva do país.

Figura 9- Taxa de câmbio nominal (2011-2016)

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do BACEN (2020), obtidos no IPEADATA (2020)

Figura 10- Média Móvel para Câmbio Real Efetivo, 2011 a 2016, corrigido pelo INPC

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do IPEADATA (2020)

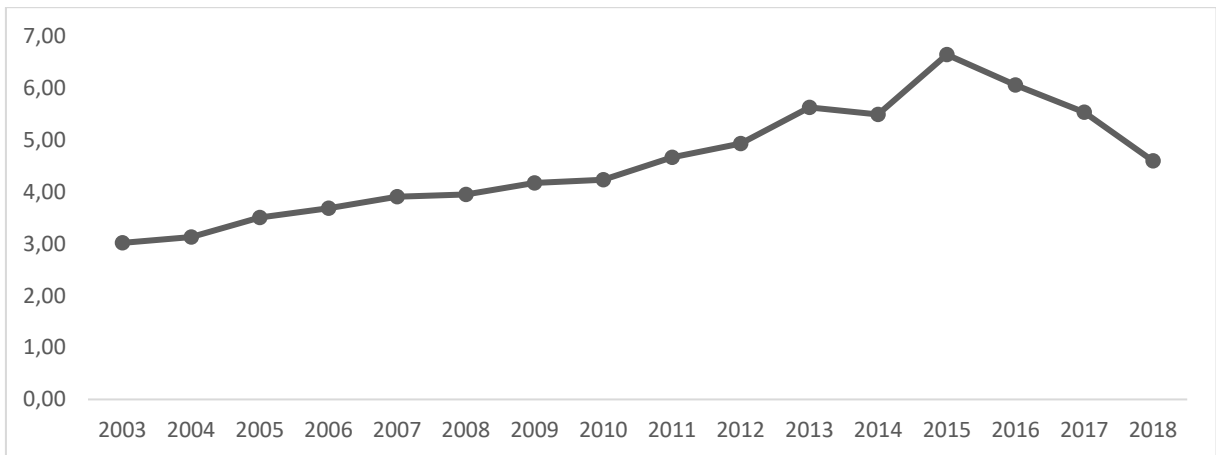
Contudo, a despeito da depreciação significativa do câmbio nominal em cerca de 32%, saindo de uma taxa de R\$ 1,56/ U\$, no início da depreciação em julho/2011 para R\$ 2,05/ U\$ em jun/2012, o câmbio real se alterou muito pouco, sofrendo variação abaixo de 18% no mesmo período de referência, este inibido pelo diferencial de inflação entra a moeda brasileira e a americana, de tal modo que, segundo os desenvolvimentistas exportadores, os efeitos dessa movimentação do governo foram quase inócuos em referência ao seu intento, pouco ou nada alterando a competitividade das firmas industriais.

Em seguida, um pilar também destacado pelo o autor como uma das primeiras políticas no sentido da nova matriz, foi a expansão creditícia do governo, correspondente ao esforço de reduzir o spread bancário e diminuir o custo financeiro do crédito.

Para fomentar tal política, o governo utilizou-se ativamente da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em prol de fornecer empréstimos mais baratos às pessoas jurídicas via BNDES, correspondendo a uma taxa inferior à verificada pela inflação do período, no caso 5,5% em 2011, em um ano cuja inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 6,5%, e modo a se apresentar como um forte subsídio financeiro. Por um outro lado, o governo, amplamente, se dedicava a reduzir as taxas de juros em geral nas agências dos bancos públicos, fornecendo crédito de maior atratividade para as pessoas físicas, de modo a absorver parcela da clientela dos bancos privados, bem como provocar redução do juro cobrado pelos mesmos em operações de crédito. Segundo uma estimativa realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o subsídio dos contratos do BNDES somaria R\$ 97,5 bilhões entre 2015 e 2018 e ao longo das décadas a União teria que arcar com mais de R\$ 184 bilhões em custos dos subsídios (CHAMIÇO *apud* VERSIANI; AMORA, 2015). Denotando um volume bastante vultoso destinado às empresas.

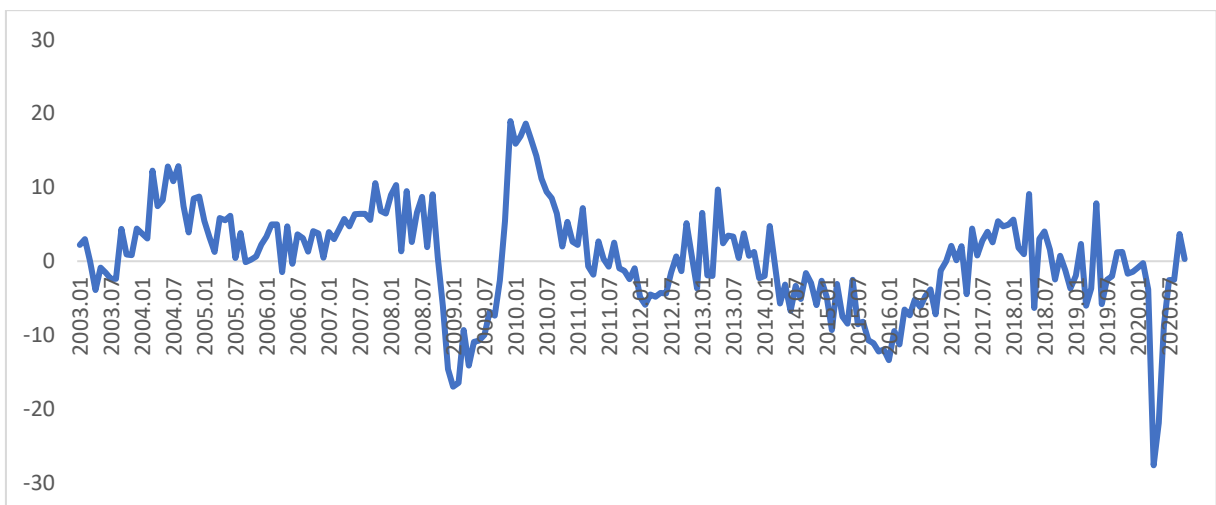
Os subsídios mediante desonerações fiscais também tiveram elevação importante no período, em destaque os relativos ao PSI (Programa de Sustentação do Investimento), do qual dedicou recursos consideráveis às grandes empresas de destaque no cenário nacional, contemplando, segundo Chamisco (2018), crédito à aquisição de capital, inovação e estímulo à exportação.

De acordo com Carvalho (2018), políticas ligadas à desoneração da folha salarial, o PAC II com o Minha Casa Minha Vida e à desoneração do IPI sobre máquinas, equipamentos e veículos tiveram também papel importante nesse quesito. Para além disso, a rede de subsídios do governo abarcou também elementos da considerada cesta básica, mediante redução da incidência de PIS e PASEP, objetivando reduzir o peso tributário sobre as famílias mais pobres. Tais desonerações, segundo a autora, no que se refere aos setores da economia, contemplava vantajosamente a indústria de transformação, da qual obtivera 44,8% dos subsídios, contra 42,8% destinado ao setor de serviços e 11,8% à construção civil. Um outro vetor com substancial aporte de recursos via subsídio foi os das pequenas empresas, onde pelo Sistema Simples o governo dispendeu cerca de 1,9 bilhões de reais em renúncia fiscal em 2013. Segundo Chamisco (2018), é estimado um valor superior a 410 bilhões de reais à valores de 2018, o gasto com subsídio entre os anos de 2011 e 2014.

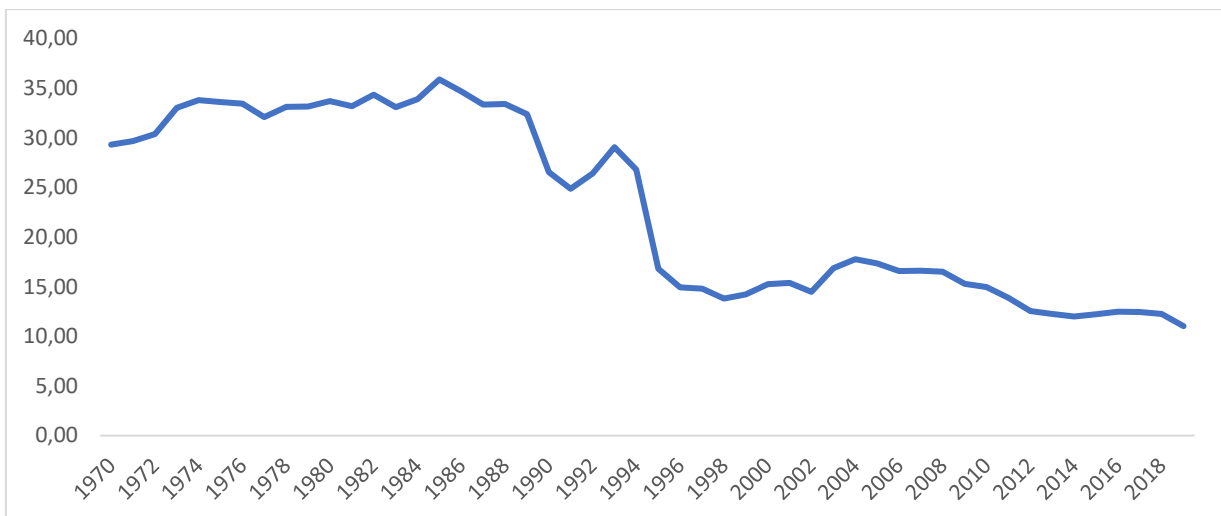
Figura 11- Volume de subsídio/PIB (2003-2018)

Fonte: Elaboração própria (2020), com base de dados em Governo Federal (2019)

Nesse interim, os subsídios, de acordo com a Figura 11, passaram da importância de 3,96% do PIB em 2008, no pré-crise, para 5,49% em 2014, no ultimo ano do primeiro mandato. Contudo, a indústria não conseguiu lograr bons resultados. Segundo a autora, os recursos que foram destinados à ampliação do emprego e investimento em capital fixo e estrutura foram predominantemente utilizados para o abatimento de dívidas em custos das empresas, isso aconteceu, pois, o nível de incerteza na economia era consideravelmente elevado, impedindo que o capitalista fosse induzido às inversões. Desse modo, nos anos aqui investigados, observou-se plena desaceleração da produção industrial. Tais fatos, em seguida, corroboraram para uma deterioração fiscal do governo, haja vista a elevação de gastos com pouco retorno em produção.

Figura 12- Variação da produção industrial (2003-2020)

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do PIM IBGE (2020) obtidos no IPEADATA (2020)

Figura 13- Participação da Indústria de Transformação em relação ao PIB (1970-2019)

Fonte: Banco Mundial (2020)

Tabela 14- Resultado primário das finanças públicas (2011-2016)

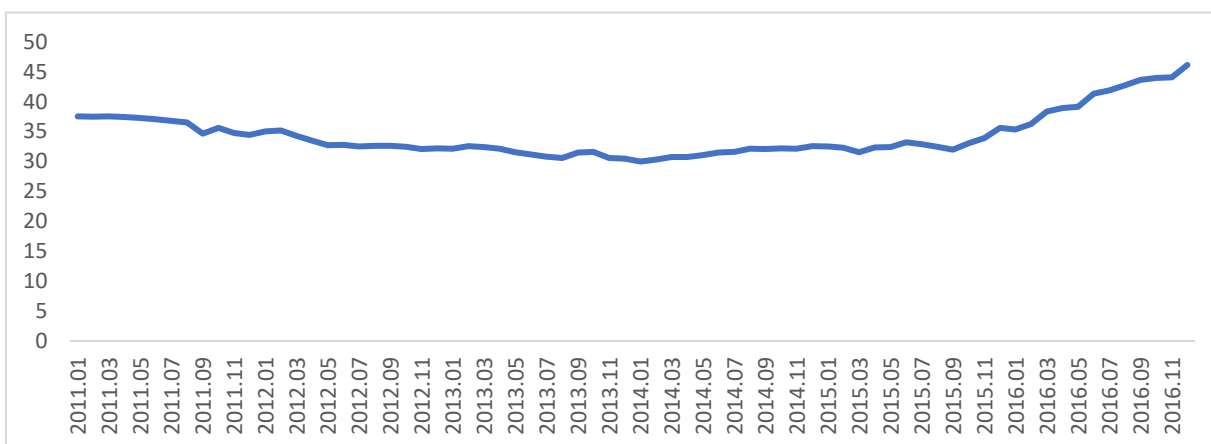
Ano	Resultado Primário
2011	2,63%
2012	2,07%
2013	1,71%
2014	-0,56%
2015	-1,86%
2016	-2,48%

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do BACEN (2020), obtidos em IPEADATA (2020)

Tabela 15- Resultado nominal das finanças públicas (2011-2016)

Ano	Resultado Nominal
2011	-2,47%
2012	-2,26%
2013	-2,96%
2014	-5,95%
2015	-10,22%
2016	-8,98%

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do BACEN (2020), obtidos em IPEADATA (2020)

Figura 14- Dívida Líquida do governo (2011-2016)

Fonte: IPEADATA (2020), com base em dados do Banco Central (2010)

Tais ações impulsionaram uma trajetória plena de suavização fiscal nos anos que se seguiram, correspondendo a uma queda paulatina no resultado primário, com resultado de 2,63% para o início da série em 2011, passando a um déficit primário no ano de 2014 de 0,56% do PIB, para o aprofundamento do mesmo, atingindo 2,48% do PIB em 2016. No que concerne ao resultado nominal, a tendência foi de ampliação acentuada do déficit, saindo de 2,47% em 2011, chegando a 5,95% em 2014, no final do primeiro mandato. No segundo mandato, em último ano de governo, o déficit chegara a 8,98%. Já a dívida líquida do setor público obteve um recuo do início para o final da série, saindo de 37,56% do PIB em janeiro de 2011 para 32,59% em dezembro de 2014, porém, nesse último ano, já se observava o início da ascensão da dívida que havia começado no início ano em apenas 30% do PIB, seguindo em drásticos aumentos após 2015, até chegar à taxa de 46,14% no final de 2016.

O cenário também se caracterizou por elevação consistente da inflação medida pelo IPCA, acima do centro da meta de 4,5% até então estipulada ao longo do primeiro mandato da presidenta, persistindo em valor próximos ao topo da meta, até então de 6,50%.

Tabela 16- IPCA (2011-2016)

Ano	IPCA
2011	6,50%
2012	5,84%
2013	5,91%
2014	6,41%
2015	10,67%
2016	6,29%

Fonte: Elaboração própria (2020)

Tomando agora como referência os anos do primeiro mandato da presidenta Dilma, ou seja, o período onde se foi aplicada a política desenvolvimentista, no que diz respeito ao crescimento econômico propriamente dito, os resultados foram particularmente modestos enquanto média de crescimento. Começando o período com uma taxa de crescimento elevada em 2011, com resultado de 3,03%, o país não conseguiu a manutenção de tal virtuosismo, de modo que no ano seguinte a taxa foi de apenas 1,02%, terminando o período em 2014 com uma recessão de 0,35%. A média de crescimento para o mandato foi de 1,56%, taxa substancialmente inferior às dos anos do presidente Lula.

Tabela 17- Taxa de crescimento do PIB per capita (2011-2014)

Ano	PIB per capita
2011	3,03%
2012	1,01%
2013	2,11%
2014	-0,35%
Média	1,56%

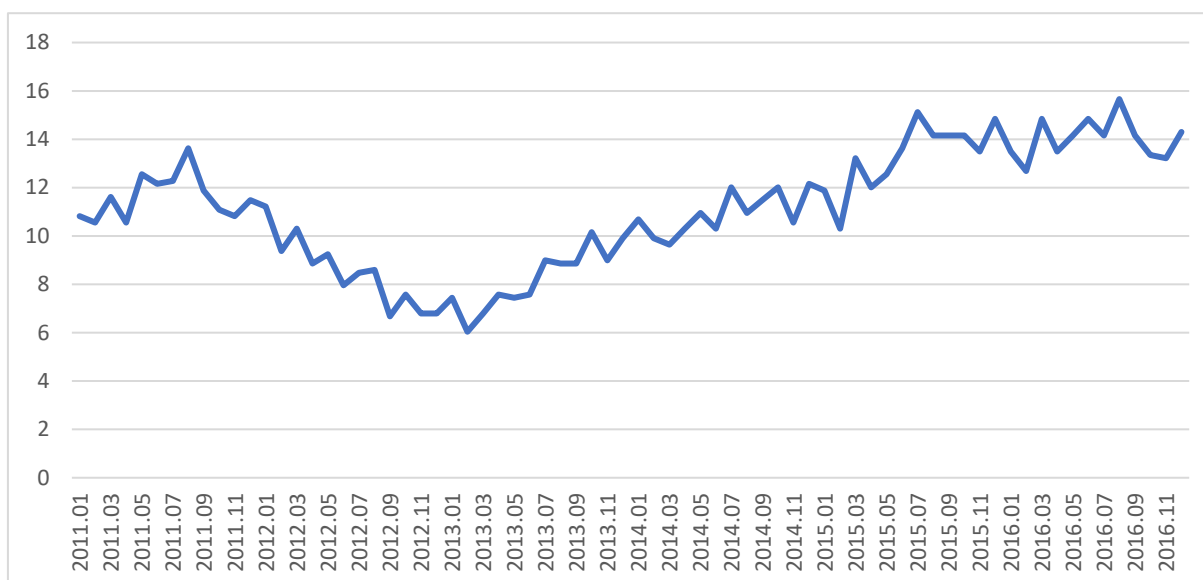
Fonte: Banco Mundial (2020)

Já para o segundo mandato, ou seja, os anos de 2015-2016, a taxa de crescimento do PIB per capita foi muito negativa, apresentando resultado de -4,35% para o primeiro ano e -4,07% para o segundo ano. Vale ressaltar que a partir desse ponto, a política econômica sofreu uma mudança significativa, caracterizada pela volta da ortodoxia macroeconômica, com forte ajuste em diversos gastos discricionários, elevação das tarifas de serviços de utilidade pública e aumento considerável da taxa de juros.

Tabela 18- Taxa de crescimento do PIB per capita (2015-2016)

Ano	PIB per capita
2015	-4,35%
2016	-4,07%

Fonte: Banco Mundial (2020)

Figura 15- Taxa Selic efetiva (2011-2016)

Fonte: IPEADATA (2020), com base em dados do BACEN (2020)

No período (2011-2014), a taxa de investimento em proporção ao PIB foi elevada em comparação aos anos FHC, porém verificou-se uma estagnação no mesmo nível durante os anos, de tal modo que a variação ano a ano da taxa de investimento fosse praticamente nula. Já para o segundo mandato da presidenta, a referida taxa recuou a níveis mais baixos, ao que pese a crise econômica verificada para o mandato em questão.

Em 2011, foi verificada uma taxa de 20,60%, chegando no último ano, 2014, a 19,70%, com média de 20,35% para o período.

Tabela 19 – Taxa de investimento em proporção ao PIB (2011-2014)

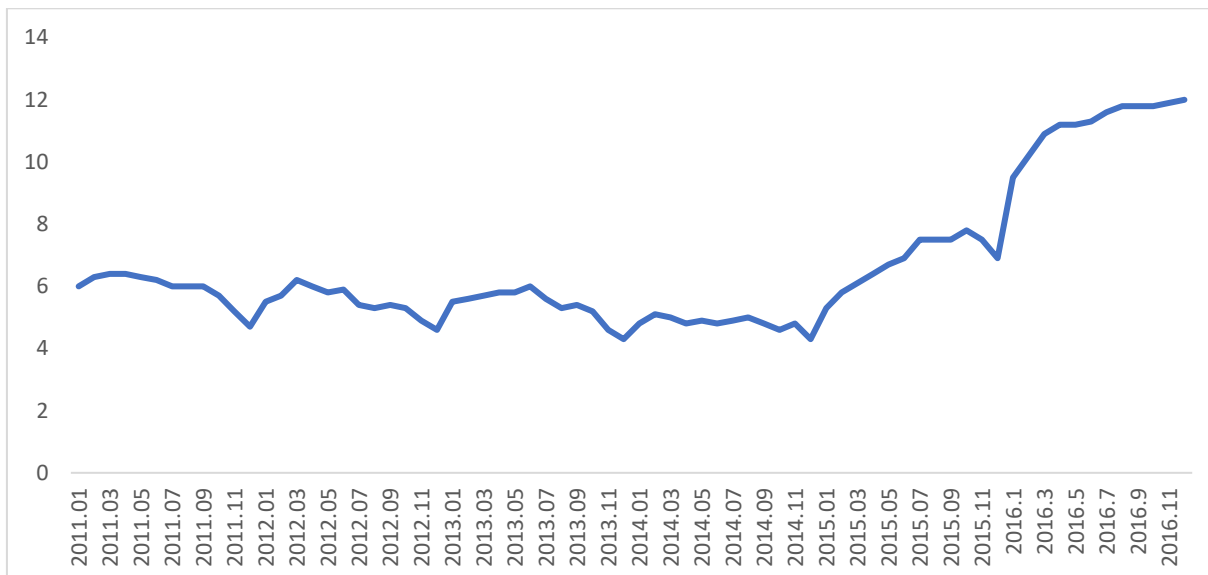
Ano	Taxa de investimento
2011	20,60%
2012	20,20%
2013	20,50%
2014	19,70%
Média	20,35%

Fonte: IBGE SIDRA (2016)

Já no que tange à taxa de desemprego, o patamar verificado para os anos foi de proximidade ao pleno emprego, provavelmente devido ao alto desempenho da economia em 2010 e 2011 mais as políticas de estímulo monetário e fiscal no primeiro mandato, contudo, a taxa começou a se deteriorar a partir de 2015, ultrapassando os dois dígitos em 2016, que além do

desgaste do modelo de desenvolvimento do primeiro mandato, supostamente também foi consequência dos choques monetários e fiscais no segundo mandato.

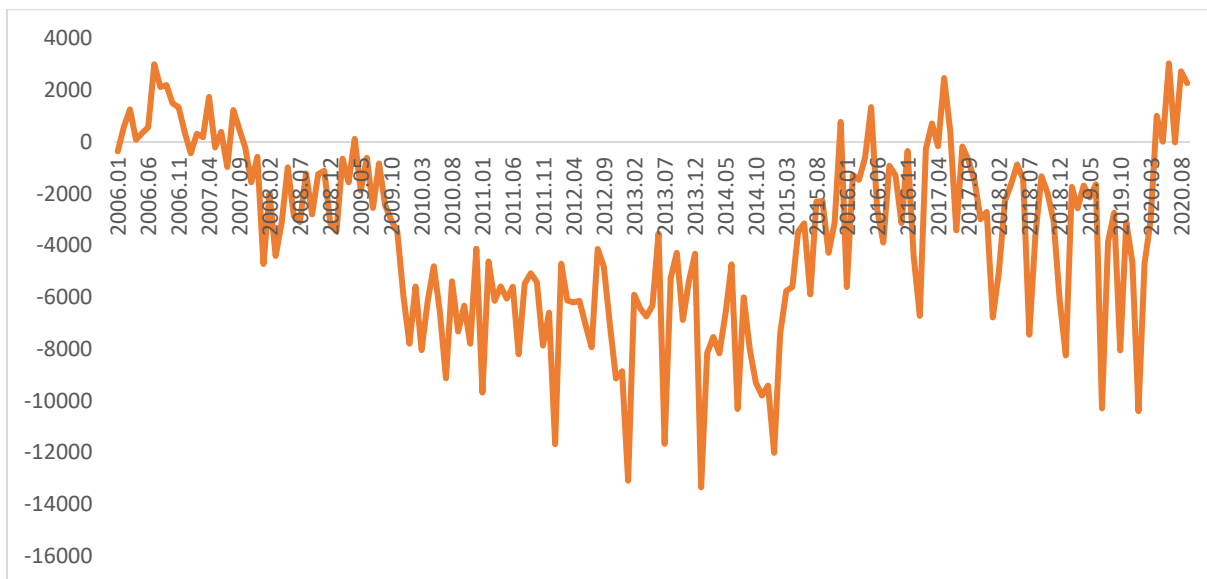
Figura 16 - Taxa de desemprego (2011-2016)



Fonte: IPEADATA (2020) com base em dados do PME do IBGE (2016), SIDRA IBGE com dados da PNAD Contínua (2020)

Nesse período o saldo de transações correntes também obteve um resultado negativo. Supostamente esse resultado deve-se à perda do dinamismo da atividade econômica global no período pós crise de 2008, caracterizado pelo baixo crescimento da zona do euro, bem como desaceleração rápida da China. Tal condição dos fatores externos, implicou em superávits na balança comercial cada vez menores em relação aos déficits na balança de serviços, corroborando para aumentar a vulnerabilidade externa do país e abrandar o crescimento econômico nos anos referidos.

A condição de déficit que já era patente já no primeiro trimestre de 2008, se aprofundou drasticamente após 2012, superando o valor de 13,3 bilhões de dólares em janeiro de 2014. Esse estado de coisas perdurou de forma mais amena nos anos de 2015-2016, sob efeito da forte depreciação cambial ocorrida nesse período.

Figura 17- Saldo em transações correntes (2003-2020)

Fonte: IPEADATA (2020), com base em dados do BACEN (2020)

Segundo Singer (2018), tal distanciamento foi despertando antagonismos entre setores mais conservadores da sociedade, cuja política macroeconômica não os agradava. De tal sorte, estes antagonismos foram ampliados com outras medidas, tais como o aumento do salário mínimo acima do crescimento da produtividade, visando, de acordo com a concepção social-desenvolvimentista, elevar o padrão de vida da população mais pobre com avanço respectivo na atividade econômica via consumo de massas, de modo a impactar no efeito multiplicador dos gastos. Contudo, tal política, supostamente não apresentou efeito positivo para a atividade econômica, uma vez que as taxas de lucro caíam consistentemente e os investimentos não aumentavam conforme se estabelecia na teoria kalekiana como efeito acelerador, despertando cada vez mais oposição das classes empresariais ao governo.

As políticas intervencionistas a nível de preço microeconômico mostraram-se bastante importante para o período, em destaque no preço da gasolina, energia elétrica e correspondência, desembocando grande contingência à forte pressão inflacionária que se verificava em todo o período do governo Dilma, relativo ao robusto expansionismo fiscal e monetário. Para não ultrapassar o teto da meta de inflação, o governo dedicou-se às intervenções dos preços em estatais como a Petrobrás, os Correios e o ramo da energia elétrica, tais políticas tinha também como objetivo reduzir os custos operacionais de empresas e pessoas físicas consumidoras de tais serviços, pretendendo condicionar um barateamento geral dos insumos gerais às empresas do campo da indústria, a exemplo dos novos contratos firmados para o setor elétrico em 2013, impelindo a uma redução de preços do fator em cerca

de 18,3% para consumidores residenciais e industriais, correspondendo a uma ousada política industrial.

Segundo Singer (2018) e Carvalho (2018), um grande problema desencadeado por essas políticas se dava mediante compressão da margem de lucro para as empresas produtoras bem como para aquelas produtoras de produtos e insumos substitutos. Por exemplo, geralmente tais políticas impactaram de forma muito negativa empresas produtoras de bens e insumos substitutos como no caso o Etanol que foi duramente atingido pelo efeito substituição favorável à compra da gasolina, perdendo cada vez mais espaço no mercado, de modo a prejudicar consideravelmente os empresários do ramo. Um outro efeito negativo importante foi a elevação sensível do nível de dívida e perda de capital para os acionistas menores da Petrobrás, provocando queda sequencial das ações da empresa da qual atingiu patamares de um dígito no ano de 2015, atingindo duramente o setor do pré-sal e complicando consideravelmente a situação fiscal dos estados produtores como Rio de Janeiro.

Por um outro lado, o governo induziu também uma política protecionista ativa, num primeiro caso elevando a alíquota de IPI para a importação de bens industrializados de empresas produtoras internacionais que concorriam com aqueles produzidos aqui no país, tentando ativar as cadeias de valor interna, especialmente nas áreas estratégicas como de petróleo e gás, onde adicionalmente foram introduzidas cotas relacionadas à tecnologia com conteúdo nacional. Tal política também não parece ter logrado efeito positivo. Adicionado a isso, em particular, as condições do mercado internacional se tornavam também desfavoráveis, vide o abrandar do preço do petróleo no período de 2014-2015, atingindo baixo preço recorde em relação às últimas décadas, de apenas 35 dólares o barril, reforçando o efeito negativo sobre a estatal.

O arcabouço aqui dito, com o passar do tempo, veio a rivalizar com o denominado tripé macroeconômico, o substituindo paulatinamente, tornando-se estritamente hegemônico no ano de 2014, quando o governo federal abandonou a meta de superávit primário. Os resultados, embora importantes no que diz respeito ao nível de emprego e elevação da massa salarial, não foi capaz de promover a desejada transição estrutural da economia brasileira, pelo contrário, houve a continuação do processo de desindustrialização aliado ao desgaste das contas públicas. A pouca adesão final dos grupos empresariais antes dispostos ao programa, bem como a fraca utilização dos recursos destinados a investimento e expansão produtiva para esse intento, associados a um cenário externo dificultoso, ocasionou perdas econômicas

significativas, logrando aos anos subsequentes um cenário de crise econômica com escalada dos preços, expansão da dívida pública e PIB declinante com ascensão de grupos ligados à direita e extrema-direita no sistema político como elemento oportunista da crise política que aí se seguiu.

Segundo Singer (2018), pode-se afirmar que o governo à época passava por um fenômeno de “ensaio desenvolvimentista”, pois contava com elementos muito caros ao nacional-desenvolvimentismo, em particular, do social-desenvolvimentismo campinense articulado em certa medida com o desenvolvimentismo exportador. Segundo o autor, em sintonia com Bielschowsky (2007), o fato do governo Dilma utilizar do empoderamento do estado com intervenções significativas na atividade econômica como interferência na estrutura de preços, elevados subsídios, proteção à indústria local e outras interferências nas cadeias produtivas já qualificava o intento do governo como desenvolvimentista, diversamente ao programa liberal ou neoliberal adotado na década de 90 e início dos anos 2000 nos governos FHC e no primeiro governo Lula.

Através da literatura histórica da política econômica do referido governo pode-se destacar a existência de elementos convergentes às doutrinas expostas no capítulo antecessor, ou seja, do social desenvolvimentismo e do desenvolvimentismo exportador. No primeiro caso observa-se no período um aumento substancial do salário mínimo, ultrapassando a elevação do nível de produtividade galgado à época e um correspondente elevação do gasto governamental no que diz respeito ao sistema previdenciário que é fortemente atrelado a esse preço macroeconômico, aliado ao aumento da disponibilidade de crédito possibilitou às famílias mais pobres adquirir bens de consumo duráveis em amplas parcelas, corroborando com o fator habilitador alá Celso Furtado, compondo mais um elemento referente ao social-desenvolvimentismo.

A expansão dos demais gastos sociais de caráter universal, bem como a tentativa de reorientação estrutural da economia em torno de um padrão industrializante pode se remeter à doutrina da escola campinense, em particular a adesão do governo em procurar estimular parcela da indústria de base, como a produção de máquinas e equipamentos com base e tecnologia nacional, do qual pode-se aludir à ideia de industrialização autônoma de Tavares, Beluzzo e Coutinho.

Já no que concerne ao desenvolvimentismo exportador, a tentativa de melhorar o padrão de concorrência da indústria em relação ao fator externo via depreciação cambial, indica parcial adesão ao paradigma.

Nesse ínterim, com a interdição do crescimento econômico e respectivo enfraquecimento do Estado em atender parcela significativa da demanda populacional devido a restrição de recursos, própria da crise fiscal aí decorrente, as possibilidades de avanço do bem-estar socioeconômico, tão caro à década predecessora, vem minguando. Aliado ao abrandar geral do crescimento econômico e aos demais fatores relacionados à qualidade de vida, bem como denúncias de irregularidade na administração política normalmente relacionado à atividade da força tarefa Lava Jato do qual culminaram com o impedimento da presidente em 2016. Incrementou-se, nesse período, a grande onda de polarização política da qual, no primeiro momento, contribuiu para o afastamento de Dilma, com o alvorecer de grupos ligados à direita e à extrema-direita do espectro político, denotado pela aproximação ideológica normalmente próxima ao neoconservadorismo americano, caracterizado pelo apelo do conservadorismo social e radical liberalismo econômico, impondo uma reorientação do debate nacional.

Tal processo, segundo Oreiro (2016) advém da incapacidade da manutenção do chamado social-desenvolvimentismo. Para o autor, as políticas adotadas durante o governo Dilma causaram profundo desgaste, pois tentava-se impor políticas incompatíveis entre si, uma fatigando o possível efeito positivo da outra. De acordo com o referido, a administração petista não conseguiu estimular de forma correta os preços macroeconômicos, pois ao mesmo tempo que tentava beneficiar as massas de trabalhadores com elevação do salário mínimo persistentemente acima da variação da produtividade, pressionava a taxa de juros real pra baixo e depreciava o câmbio buscando aprimorar a capacidade competitiva da indústria nacional, segundo o autor, objetivos simultaneamente incompatíveis.

Essas políticas quando foram utilizadas de forma simultânea, principalmente com os fundamentos macroeconômicos da época, causaram aumento da inflação com limitado efeito sobre as variáveis reais, implicando na necessidade de retração monetária para cumprir a meta de inflação. Esse mix de políticas, para ao autor, evocava no final um novo processo de apreciação cambial, do qual afastava o câmbio da sua taxa de equilíbrio industrial, repercutindo no aprofundamento da regressão produtiva já em curso. Por fim, o referido chamou essa estratégia de “desenvolvimentismo inconsistente”.

Para além disso, a queda na taxa de lucro agregada sobre o PIB, ou seja, *profit share*, segundo o autor, potencialmente invoca desgaste político com o setor empresarial atingindo pela sua respectiva elevação do custo unitário por trabalho sem retorno equivalente em receita estimulada pela demanda. Esse desgaste político com as classes mais abastadas do país, principalmente em contexto de baixo crescimento, tem potencial de causar uma reversão do panorama ideológico social, criando motivações ao setor empresarial e as demais camadas sociais atreladas ideologicamente a esse grupo em se opor ao governo.

Segundo Singer (2018), as políticas adotadas por Dilma num gesto de voluntarismo com as demandas da FIESP também apresentaram inconsistências. As interferências do governo nos sistemas de preço conferindo um sistema de perdas e recompensas provocou queda na rentabilidade de muitas atividades econômicas. Mediante o resultado negativo sobre os lucros de setores principalmente ligados a energia como petróleo, gás, eletricidade e etanol invocou-se, segundo a autora, uma “solidariedade intercapitalista” em que grupos até então pouco ou nada atingidos por essa política, temendo que as intervenções excedessem ao escopo até então delimitado, se aglutinaram entorno dos setores insatisfeitos, de modo a contestar a política econômica do governo.

Uma vez insatisfeitos, esses grupos empresariais propuseram lobbys cada vez mais acirrados contra o governo Dilma. Tais ideias obtiveram apoio massivo de parcelas significantes da elite e classe média social. Segundo Singer (2018) com o esfacelamento das articulações associadas ao fenômeno do lulismo, as classes médias ascendente nos governos Lula e Dilma não consentiam mais em atrelar parte do seu sucesso pessoal às políticas dos governos petistas, fatores psicossociais atrelados ao ambiente ideológico hegemônico conduziram essa parcela da sociedade à atrelar a dificuldade de ascensão social ao governo social-democrata, o culpando ao seu insucesso mediante argumentos ligados à questão tributária, burocrática ou em relação à “excessiva carga trabalhista”.

Segundo o autor, esse padrão psicológico tem causa ligada às mudanças geracionais. Gerações mais novas que apenas herdaram os benefícios dos programas do governo presente, tendem a ter mais esse comportamento “não grato”, ainda mais quando não há formação política de “subculturas” de classe. Composições sociais que obtiverem um nível de renda já descolado das necessidades primárias, tendem a também possuir comportamento menos preocupado com questões materiais básicas, tal *ethos* corrobora para a adesão a grupos de caráter liberal, e portanto, avessa às ideias desenvolvimentistas pelo seu custo associado. E,

por último lugar, o afastamento da classe trabalhadora em locais de aglomeração e forte coesão político-sindical como ocorre em meios fabris, via reorientação produtiva precoce ao setor terciário, compromete a formação político-intelectual dos trabalhadores aí atuantes, comprometendo a interpretação dos seus interesses de classe.

Ainda na esquerda, ideias ligadas à teoria da dependência também edificam o debate presente. Para os autores ligados a esse seguimento, a classe empresarial de países na periferia do sistema mundo, via de regra, tendem a se pôr favorável e subalternamente ligados aos segmentos internacionais mais sofisticados das atividades empresariais. Isso acontece, em parte, ora pela parca capacidade desses setores concorrerem aos mencionados, ora pelo suposto caráter patrimonialista/colonial da burguesia nos países fora do eixo desenvolvido.

No que tange as dificuldades de concorrência, Marini (2010) apresenta argumentos relacionados à incapacidade dos referidos setores nacionais em alcançar tecnologicamente os de países avançados. Essa desvantagem, segundo o autor, incorre em comprometimento salarial para aliviar os custos, impondo aumento do Mais-Valor Absoluto, tal elevação do grau de exploração, por sua vez, corrobora a uma menor demanda efetiva via achatamento do consumo que por sua vez, além de conferir a superexploração do proletariado local, equivalendo, em termos marxista ao dificultamento da realização do mais-valor no circuito de reprodução do capital, proporciona um estado de empobrecimento relativo do país frente aos da centralidade do sistema. Fatores sociológicos são postos em evidência para explicar tal atribuição.

Segundo Baran, os setores da elite empresarial em países com passado colonial tal como o Brasil e demais nações Latino-Americanas, sub existem com traços culturais semelhantes àqueles apresentados das elites patrimoniais anteriores a ascensão do capitalismo. Para o autor, essa nova burguesia, que por sua vez não precede a nenhuma revolução de caráter burguês, ou seja, sem aliança ou qualquer comprometimento com as classes subalternas, compõe comportamento muito semelhante às antigas elites coloniais, apresentando pouco interesse em inversões de capital ou fomento ao desenvolvimento tecnológico, compreendendo um grupo seletivo de indivíduos tendenciosamente preocupados em dispende seus recursos em consumo suntuário, muitas vezes ligados às tendências do exterior, formando um grande componente de importação de bens de luxo, via efeito observação. A inexistência de infraestrutura prévia e subsequente incerteza e risco associados para o investimento privado, bem como diminuta demanda interna via consumo, implicam numa

redução ainda maior dos incentivos à formação e acumulação de capital por parte dessa fração de classe.

Tal panorama explicitado por essa análise corresponde a um ciclo de subserviência do capital nacional ao internacional, tornando difícil articulações dentro do país para o desenvolvimento autônomo de um capitalismo nacional e com ganhos generalizados para a sociedade.

A dependência com relação ao lado externo, problema histórico e típico dos países periféricos, como já discutido por Prebisch e demais autores da CEPAL, mostrou-se razoavelmente impactante no que concerne ao abrandar dos preços das commodities verificado nos anos que vão de 2011 a 2016, afetando tanto o primeiro, quanto o segundo mandato de Dilma.

O enfraquecimento da demanda externa mediante desaceleração da zona do Euro, bem como desaceleração da China, impôs, no lado externo, um novo empecilho para o crescimento econômico verificado na década imediatamente pretérita, dificultando mais ainda o retorno ao dinamismo verificado no governo Lula. Tal panorama implicou em deterioração dos preços das commodities e demais produtos exportados pelo Brasil, implicando também em aprofundamento do déficit em transações correntes e influenciando negativamente no crescimento do país, que já em pleno processo de desindustrialização e reprimizarização da pauta exportadora, tinha elevado consideravelmente seu grau de exposição às oscilações da demanda estrangeira sobre seus produtos primários, como minério de ferro e grãos de soja.

Segundo Carvalho (2018), pelos dados do FMI (*Primary Commodity Index*), através de taxas anualizadas de crescimento para o preço das commodities, no período de 2011 a 2014, o valor desses bens caiu 7,0% e no período 2015-2016, 6,5%. Tais resultados indicaram queda substancial das receitas proferidas às essas vendas, prejudicando o resultado do PIB nos anos indicados.

Já para os pensadores de vertente liberal, o padrão de desenvolvimento proporcionado no governo Dilma não é sustentável. Para os intelectuais orgânicos dessa vertente, medidas intervencionistas adotadas causam ineficiência e desperdícios de recursos, além de ter pouco ou nenhum poder de elevar o nível de produção. Num primeiro plano, há a negação de que o planejamento centralizado do Estado seja eficaz na promoção do desenvolvimento.

Como já mencionado nesse trabalho, para os liberais neoclássicos, a discricionariedade tende a distorcer informações e incentivos dos agentes econômicos, conduzindo o sistema ao

distanciamento de um ótimo paretiano. Já no que concerne ao resultado direto perante efeito de demanda agregada, os referidos tendem a ser céticos, uma vez que não é crível que, perante condição de incerteza os empresários mobilizem seus ganhos de subsídio em investimento ou elevação permanente da empregabilidade, pelo contrário, os recursos tendem a ser destinados à redução das dívidas adquiridas em momentos anteriores. Um outro problema surge no custo praticado pelos subsídios e políticas de proteção, tais políticas são desaconselháveis na maioria dos casos para esse grupo, uma vez que o Estado está nesse íterim repassando recursos de setores mais produtivos para setores mais ineficientes, empobrecendo os primeiros. Um outro ponto a ser destacado é a infringência de horizontalidade no tratamento dos agentes. Isso decorre da necessidade de priorizar certos segmentos em detrimento de outros mediante a dispersão de custos para a concentração de benefícios, abrindo brecha para que os setores beneficiários estabeleçam uma agenda de lobby mutuo com componentes do governo de modo a desperdiçar recursos produtivos em prol de privilégios, vulgo *rent seeker*. Tal elucubração é dedicada principalmente aos adeptos das Teoria Neo-Institucionalistas e da Escolha Pública.

5 CONCLUSÃO

A ideia principal desse construto, foi, ao longo do texto, explicar os fatores de desgaste/caducamento da ordem de dois tipos de estratégias/padrões de desenvolvimento levando em consideração as ideias, hipóteses e teorias pertinentes a cada grupo, tendo como referência o aporte de políticas adotadas nos governos FHC (1995-2002) e no governo Dilma (2011-2016).

No primeiro capítulo se destacou as ideias referentes à macroeconomia neoclássica, tal como é apresentada nos livros textos de graduação nos cursos de economia. A referida composição, diz respeito a um emaranhado de prognósticos de como os políticos devem regular a atividade econômica, tendo normalmente vínculo com a ideologia liberal. Essas ideias se articulam bem com o governo FHC, principalmente no segundo mandato, onde elementos importantes do chamado “Novo Consenso Macroeconômico” foram aplicados, tendo como principais exemplos o Tripé Macroeconômico e as demais intervenções em políticas públicas no curto e longo prazo, levados a cabo no referido governo e no seu par mais próximo, no caso, o primeiro governo Lula (2003-2006).

No segundo capítulo foi apresentando um conjunto de ideias referentes ao desenvolvimentismo. Primeiramente foi ordenado uma série de autores clássicos cuja análise padrão coloca a história num patamar de relevância para o entendimento de como determinados países se desenvolveram, se distanciando dos autores e teorias das escolas neoclássicas de Economia cujo espectro metodológico se aproxima da análise positivista, relegando no máximo uma relevância marginal da história. Em seguida, foi abordado algumas ideias sobre os assim denominados “sociais desenvolvimentistas” e “desenvolvimentistas exportadores”, primeiramente dedicando a reportar suas ideias, os diferenciando e comparando entre si e aos desenvolvimentistas mais antigos. Esse capítulo concebe a base de entendimento sobre as políticas adotadas durante o Governo Dilma (2011-2016).

Por fim, no último capítulo, foi empreendida uma comparação entre ambos os governos utilizando de alicerce as teorias que corroboraram com seus respectivos mandatos e os limites que cada padrão de política apresenta no que concerne a capacidade de promoção do desenvolvimento econômico. Aqui se empreendeu críticas de autores ligados à economia e sociologia sobre os governos analisados, buscando mostrar as dificuldades e obstáculos que cada rumo estratégico dispõe, tanto a nível econômico, quanto a nível social.

Por fim, seguiu-se nesse construto evidências favoráveis às hipóteses iniciais do trabalho. Num primeiro ponto, foi destacada a incapacidade do modelo liberal de lidar com problemas relacionados aos efeitos da abertura comercial, da política monetária e fiscal conservadora e do abandono de projetos de estímulos estatais ao crescimento e diversificação produtiva dos quais aparentam levar o país à desindustrialização e baixo crescimento, tal como foi analisado no governo FHC, com quedas do nível de participação da indústria de transformação com respeito ao PIB em relação ao período antecessor e do valor adicionado do mesmo setor e baixo crescimento econômico. Essa ideia foi fortalecida pelo contrafactual dado pela diferença de desempenho entre o segundo e o primeiro governo Lula, tendo o segundo como um governo mais próximo às ideias desenvolvimentistas ligados ao primeiro mandato governo Dilma e o primeiro às práticas macroeconômicas do segundo mandato de FHC, dando a entender que a maior participação do Estado na economia levou o país a um maior crescimento.

Já no segundo ponto, relativo ao padrão de desenvolvimento atrelado às ideias desenvolvimentistas, supõe-se, pela literatura investigada, que a limitação das políticas desenvolvidas passa pela dificuldade dos governos em lidar com a disputa política entre os diversos setores da sociedade ao que pese o planejamento econômico necessário a executar as políticas, dificuldades essas geralmente relativas ao conflito distributivo, em que substratos sociais tem maior ou menor aceitabilidade ao dirigismo do governo, conforme seus interesses entre ou não em conflito com a estratégia adotada, dando significado à crítica política de Singer (2018) e econômica dos “desenvolvimentistas exportadores”.

Um problema adicional a essa estratégia foi também a continuidade do processo de desindustrialização, mostrando-se também incapaz de superá-lo. Por sua vez, tal dificuldade é também alvo da crítica dos “desenvolvimentistas exportadores”, dos quais advogam a ideia que a forte apreciação do câmbio relativo às políticas de expansão do mercado interno como aumento da massa salarial acima da produtividade e gastos do governo, tenham, no longo prazo, intensificado o processo de desindustrialização e, por consequência, reduzido o dinamismo econômico do país.

Cabe destacar que o estudo aqui empreendido tem limitações. É necessário operar análises e elucubrações mais profundas e integralmente articuladas, extravasando mais ainda o campo da Economia, operando de forma menos sucinta em conceitos de Ciência Política, História e

Ciências Sociais cuja articulação entre si é fator necessário para um entendimento completo dos panoramas sócio-econômicos que foram objeto desse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, I.P.F. **Instituições e desenvolvimento**: uma comparação entre as contribuições de Douglass North e Daron Acemoglu para o debate. 2017. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Instituto de Economia , Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ACEMOGLU, D. ; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BAER, Werner. **Economia brasileira**. [S.l.]: NBL, 2002.
- BALBINOTTO NETO, Giacomio. **A teoria dos ciclos reais**. 2020. 136 slides. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppge/giacomo/wp-content/uploads/2019/03/AULA-16-TEORIA-DOS-CICLOS-REAIS.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- BARAN, P. A. Sobre a economia política do atraso. *In*: AGARWALA, A. N. ; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/ Contraponto, 2010.
- BHADURI, Amit; MARGLIN, Stephen. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.
- BIANCHI, A.M. Albert Hirschmann na América Latina e sua trilogia sobre o desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n. 2, p. 131-150, ago. 2017.
- BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.l.], n. 53, p. 159-179, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Developmental macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy**. [S.l.]: Routledge, 2015.
- BRUNO, M. A. P. ; CAFFÉ, A. R. D; Determinantes das taxas de lucro e acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 18, n. 2, abr./jun. 2018.
- BUCHANAN, James. **The limits of liberty: between anarchy and Leviathan**. USA: University of Chicago Press, 1975.
- BUENO, N. Um critério de demarcação para a abordagem da economia política. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.
- CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do consenso de Washington. *In*: CASTELO , Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pães e Rosas, 2010. p. 119-141.

CARDIM, F. J. *et al.* **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CARNEIRO, R. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 21, n. 4, dez. 2012.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

COUTINHO, R. ; BELLUZZO, L. G. ; COUTINHO, L. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. [S.l.]: Brasiliense, 1982.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

CORAZZA, Gentil; KREMER, Rodrigo Leite. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 65-87, set. 2003.

DORNBUSCH, R. ; FISCHER, S. ; STARTZ, R. **Macroeconomia** 11. ed. Porto Alegre: Book Man, 2013.

FILGUEIRAS, L. M. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2012. p. 371-451.

FILGUEIRAS, L. M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FRANCO, G. H. A primeira década republicana. *In*: ABREU, M. P. **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERSCHENKRON, Alexander. The approach to european industrialization: postscript. *In*: GERSCHENKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). *In*: GIAMBIAGI, F. ; VILLELA, A. ; DE CASTRO, L. B. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, F. ; VILLELA, A. ; DE CASTRO, L. B. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HICKS, J. R. Keynes e os “clássicos”: uma interpretação sugerida. *In*: SHAPIRO, E. (org.) **Análise macroeconômica: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1978.

HIRSCHMANN, A. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *In*: AGARWALA, A. N. ; SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/ Contraponto, 2010.

- HUNT, E.K. ; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- IORIO, U. J. Ação, Tempo e Conhecimento: Escola Austríaca, Ciência e Humanismo. **Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 317-326, jul.-dez. 2015.
- KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção os Economistas).
- KRUGMAN, P. ; OBSTFELD, M. **Introdução a economia internacional**. 8.ed. São Paulo: PEARSON, 2008.
- KYDLAND, Finn E. ; PRESCOTT, Edward C. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. **Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.
- LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção os Economistas).
- LOUÇÃ, F. Freeman C. **Ciclos e crises no capitalismo global**. Porto: Edições Afrontamentos, 2004.
- LUCAS, Robert E. Some international evidence on output-inflation tradeoffs. **The American Economic Review**, [S.l.], v. 63, n. 3, p. 326-334, 1973.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- MARCONI, N. ; BRANCHER, M. A política econômica do novo desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, número especial, p. 1- 31, 15 abr. 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, C. ; LUCE, M. ; OSORIOS, J. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21 – 35.
- MUTH, John F. Rational expectations and the theory of price movements. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 315-335, 1961.
- NEREY, P. F. A. A incorporação das expectativas racionais na macroeconomia. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v.13, n.1, p. 62-86, 2014.
- NORTH, D.C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- OLIVA, Aloízio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo = análise do governo Lula**. 2010. 509 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286345>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OREIRO, J. L. **Macroeconomia do desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.120, p.746-766, out./dez. 2014.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, [S.l.], v. 3, n. 3, 1949.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2007. v. 1.

SACHS, J. ; LARRAIN, F. **Macroeconomia: em uma economia global**. São Paulo: Makron Books, 1994.

SARGENT, Thomas J. ; WALLACE, Neil. " Rational" expectations, the optimal monetary instrument, and the optimal money supply rule. **Journal of Political Economy**, v. 83, n. 2, p. 241-254, 1975.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOTO, Jesus Huerta de A Escola Austríaca – 2ª Edição São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

VERSIANI, I. AMORA, DIMMI. Empréstimos subsidiados do BNDES custam R\$ 184 bilhões à União. Folha de São Paulo. Brasília. 09 ago. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1666394-emprestimos-subsidiados-do-bndescustam-r-184-bilhoes-a-uniao.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ZALUTH, P. P. A Economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, dez. 2012.